

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**DINHEIRO E MERCADORIA : UMA ABORDAGEM MARXISTA**  
**( Para Além do Fetiche da Mercadoria)**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: Sandro Eduardo Grisa

Orientador: Professor Idaleto Malvezzi Aued

Área de concentração: Teoria Marxista

Palavras-chave: 1. Mercadoria; 2. Dinheiro; 3. Valor; 4. Capital

Florianópolis, fevereiro de 2000

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A banca examinadora resolveu atribuir a nota .....<sup>9,0</sup>.....ao aluno Sandro Eduardo Grisa na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca examinadora:

Professor

Presidente

Professor

Membro

Professor

Membro

Aos meus pais

Pelo ilimitado amor e respeito

A todos que lutam por um

pensar livre, autônomo e crítico

## **AGRADECIMENTOS**

Aos professores que contribuíram para minha formação

Aos meus amigos

## **SUMÁRIO**

página

RESUMO.....	vii
-------------	-----

### **CAPÍTULO 1**

1. Introdução.....	2
1.2 Problemática.....	7
1.3.1 Objetivo Geral.....	9
1.3.2 objetivos específico.....	9
1.4 Metodologia.....	10

### **CAPÍTULO 2**

2. A Mercadoria Pré-Capitalista.....	12
2.1 Pré-História Humana e Materialismo Histórico.....	12
2.2 Trabalho e Excedente : Considerações Iniciais.....	14
2.3 A Mercadoria : A Forma Mercantil do produto Excedente.....	17
2.4 A Dupla Face da Mercadoria : O Valor-de-Uso e o Valor-de-Troca.....	18
2.5 A Dupla Natureza do Trabalho : Trabalho Útil e Trabalho Abstrato.....	19
2.6 O Valor Como Relação social: Do trabalho em Geral ao Trabalho Abstrato.....	21
2.7 A Mercadoria.....	22
2.7.1 Considerações Finais Sobre a Mercadoria Pré-Capitalista.....	24

### **CAPÍTULO 3**

3.Funções do dinheiro.....	28
----------------------------	----

3.1 Medidas dos Valores.....	28
3.2 Função meio de Circulação.....	30
3.3 Entesouramento.....	34
3.4 Meio de Pagamento.....	34
3.5. Dinheiro universal.....	38

## **CAPÍTULO 4**

4. Dinheiro e Capital .....	40
4.1 Transformação do Dinheiro em Capital.....	40
4.2 O Capital: negação do Valor.....	43
4.3 O Processo de Produção Capitalista: Criação de Mais-Valia.....	44

## **CAPÍTULO 5**

5. A Mercadoria Capitalista.....	50
5.1 A natureza da mercadoria no modo de produção capitalista.....	50
5.2 Componentes do valor da mercadoria na produção capitalista.....	52
5.3 Aparente contradição contida na mercadoria capitalista isolada.....	55
5.4 Valor e equivalência na mercadoria capitalista.....	57
5.5 Mais-valia e Acumulação : O fetiche do capital.....	58

## **CAPÍTULO 6**

6. Relações Capitalistas de Produção : Para Além do Fetiche da Mercadoria.....	63
6.1 Dinheiro e Mercadoria no Capitalismo : Relações Fetichistas ?.....	63
6.2 A Duplicidade do Capital no Capitalismo : Capital-Dinheiro/Mercadoria e Dinheiro/Mercadoria-Capital.....	65
6.3 Forma Burguesa do Dinheiro : Dinheiro de Crédito.....	71
6.3.1 A Nota Bancária : Meio Circulante no Capitalismo Desenvolvido.....	71

**CAPÍTULO 7**

Conclusão e resultados. Dinheiro no Capitalismo : Alguns Resultados Críticos.....77

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....82

## RESUMO

No debate que gravita em torno da teoria marxista, a investigação da gênese da mercadoria e do dinheiro, que aparece exaustivamente estudada por Karl Marx nos primeiros capítulos de *O Capital*, — parte dedicada à economia mercantil pré-capitalista — apresenta resultados convergentes entre os diferentes autores marxistas. Há um relativo consenso entre estes autores. Contudo, esse consenso se torna mais diluído e restrito quando os problemas relacionados à mercadoria e o dinheiro são projetados ao modo de produção capitalista.

Neste trabalho, procura-se penetrar nessa parte nebulosa e controversa da teoria do dinheiro e da mercadoria que investiga as formas mais desenvolvidas que assumem estes elementos no capitalismo. Por isso, faz-se inicialmente um estudo das condições gerais da economia mercantil pré-capitalista, que se materializariam na mercadoria e no dinheiro pré-capitalistas. Tais resultados servem de pressupostos para desvelar a forma que assume a mercadoria e o dinheiro no modo de produção capitalista, uma vez que pela própria peculiaridade de *O Capital*, que expressa, na própria estrutura, seu método epistemológico, é impossível qualquer tentativa de compreensão daquelas formas através de estudos compartimentalizados, isolados.

Na interpretação dos fenômenos da economia capitalista, a diversidade de resultados obtidos tem evidenciado um distanciamento do sentido metodológico da construção teórica de Karl Marx. O debate é muitas vezes desviado para uma discussão meramente técnica e destituída das implicações dialéticas da Obra original. Ao recuperar o sentido metodológico de Marx em *O Capital* — a produção da negação da própria economia capitalista — afirma-se, aqui, que a condição que fundamenta a troca na economia mercantil, que se manifesta no valor da mercadoria pré-capitalista, corresponde, na economia capitalista, a uma formalidade. Não é, portanto real. Por sua vez, o dinheiro também expressa essa relação fetichista do capital e se apresenta não como resultado das relações mercantis fetichizadas, mas como títulos de propriedade estritamente capitalista. Isto é, expressão da troca interburguesa, cuja função é a continuidade processo de extração da mais-valia. Em síntese, constata-se que a economia capitalista nega a economia



mercantil pré-capitalista e, ao negá-la, destrói as condições concretas das categorias pré-capitalistas, o dinheiro e a mercadoria.

Essa afirmação crítica entra em rota de colisão com pesquisadores brasileiros do assunto, cujo fundamento é a concepção da economia capitalista como uma economia mercantil mais desenvolvida. Isto é, para estes autores, as relações capitalistas teriam subsumido as relações mercantis pré-capitalistas, o que significa dizer que estas ainda subsistem na economia capitalista; são negadas, mas preservadas. Logo, a mercadoria capitalista expressa uma relação de valor e o dinheiro preserva suas funções originais juntamente com as novas adquiridas através da relação capitalista.

## **CAPÍTULO 1**

## 1.1 Introdução

Para compreender as determinações concretas do mundo burguês, a economia clássica parte de categorias simples. Segundo Karl Marx (1977 c, p. 24), é correto metodologicamente assim proceder, pois: "tan pronto como estos momentos aislados fueron más o menos fijados y abstraídos, comenzaron los sistemas económicos, que se elevan delo simple, como el trabajo, divisón del trabajo, necesidad, valor de cambio, hasta el Estado, cambio entre naciones y el mercado mundial" ( MARX, 1977 c, p. 24). Submetido ao método da economia política, o concreto surge como um processo de síntese de múltipla determinação.

*"En el pensamiento lo concreto aparece, conseqüentemente, como processo de síntesis, como resultado, y no como punto de partida, a pesar de que el punto de partida real y, en consecuencia, también el punto de partida de la intuición y la representación. En el primer camino la representación completa se volatiliza en una determinación abstracta; en el segundo las determinaciones abstractas conducen a la representación de lo concreto por el camino del pensamiento"* (MARX, 1977 c, p. 25).

Entretanto, se a economia clássica desenvolvesse um método analítico correto, o mesmo não pode ser dito a respeito de seus pressupostos históricos, uma vez que entende o estágio burguês de desenvolvimento da sociedade como definitivo e inexorável: *"La economía clásica parte de la propiedad privada como un supuesto histórico general que no se cuestiona"* (DUSSEL, 1993, p. 6). Logo, a mercadoria apareceria, na economia clássica, como a forma necessária que de qualquer excedente de produção e, além disso, a conduta mercantil do homem burguês seria o modo *natural* de existência. O homem teria então, segundo SMITH, 1982, p.49), *"una propensión natural a intercambiar, permutar ou trocar una cosa pela outra"*. Da mesma forma, a origem do dinheiro, na teoria clássica, seria atribuído ao desenvolvimento desta propensão a intercambiar. Assim, seriam as dificuldades associadas ao escambo que estimulariam a adoção de determinada mercadoria como dinheiro. Esta asserção fica bastante explícita nesta passagem de A Riqueza das Nações em que Adam Smith demonstra que a *natural* conduta mercantil do homem manifesta-se numa maior divisão social do trabalho que, por sua vez, redundaria na invenção do dinheiro:

*"Quando a divisão do trabalho estava apenas em seu início, este poder de troca deve ter deparado freqüentemente com grandes empecilhos. (...) afim de evitar o inconveniente de tais situações, toda pessoa prudente, em qualquer sociedade e em qualquer período da história, depois de adotar a divisão do trabalho, deve naturalmente ter se empenhado em conduzir seus negócios de tal forma que a cada momento tivesse consigo, além dos produtos diretos de seu próprio trabalho, uma certa quantidade de alguma outra mercadoria—mercadoria tal que, em seu entender, poucas pessoas recusariam em troca do produto de seus próprios trabalhos" (Adam Smith, 1982. P. 57).*

Por intermédio de David Ricardo, o mais influente economista Inglês do século dezanove, a concepção Smithiana da origem do dinheiro seria absorvida pela teoria neoclássica e, também, pela teoria Keynesiana, a teoria concorrente do marginalismo no século XX. Intacto, apesar da crítica de Karl Marx, o princípio do dinheiro como invenção para facilitar as trocas permanece na base das duas mais influentes teorias do século vinte, a neoclássica e a keynesiana.

Da perspectiva teórica marxista, dinheiro é mercadoria, e como tal, representa materialização das relações sociais mercantis pré-capitalistas. Não pode ser "inventado" nem "criado" pelo Estado, afinal, não se inventam relações sociais. Dessa forma, dinheiro e mercadoria são produtos de um mesmo processo mercantil e, por isto, não podem ser entendidos separadamente. Conforme palavras de Marx (MARX, 1975, p.102): *"A dificuldade não reside em demonstrar que dinheiro é mercadoria, mas como, por que e através de que meios dinheiro é mercadoria"*. Logo: *"O enigma do fetiche do dinheiro é, assim, nada mais do que o enigma do fetiche da mercadoria em forma patente e deslumbrante"* (MARX, 1975, p. 104).

Ao conceber o sistema econômico enquanto relações sociais, permanece, a teoria Marxista, apesar de confinada ao subterrâneo da teoria econômica pela hegemonia neoclássica e keynesiana, capaz de estabelecer os vínculos necessários à compreensão do processo de reprodução material da sociedade mercantil pré-capitalista e a forma como é externalizado na mercadoria e no dinheiro.

Através das diferentes formas que, ao longo da história, assumiu o excedente do trabalho humano, se vislumbra a metamorfose das relações sociais de produção; relações através das quais a humanidade produz sua própria existência. A forma mercadoria do excedente representa, assim, uma organização social *sui generis* na produção da existência da humanidade: a relação entre homens livres, autônomos e independentes que organizam-se socialmente através do reconhecimento recíproco sobre o produto do trabalho. Esta relação, aparece, inicialmente, dentro da organização social primitiva como projeção interna das relações mercantis externas. Portanto, a relação social que se materializa sob a forma de mercadoria é a que qualifica os produtores, individuais e dispersos, enquanto proprietários privados do próprio trabalho. No reconhecimento recíproco da propriedade sobre o produto do trabalho, fundamentam-se as relações de troca e configura-se a categoria valor. Nestas relações mercantis pré-capitalistas, a troca se dá sob a égide da equivalência e o valor expressa o tempo de trabalho social incorporado, objetivado.

Por materializar relações sociais de apropriação, a mercadoria se apresenta duplamente determinada. A primeira evidência desta dualidade da mercadoria apareceria já em Aristóteles, que qualificaria as coisas em geral como dotadas de valor-de-uso e valor-de-troca. Mais tarde, quando a produção capitalista já engendrou sua própria base produtiva, sob a forma do moderno sistema fabril, e a crítica da organização produtiva capitalista torna-se possível na figura de Karl Marx, a dualidade *das coisas em geral* aparece como singularidade da mercadoria, cuja forma manifesta a própria dualidade da natureza do trabalho.

*"En este sentido Marx realizó un salto cualitativo fundamental. Contrario a su posición anterior, donde critica a la propiedad privada constituía el centro de su argumentación, ahora la crítica parte de la categoría "trabajo" (DUSSEL, 1993, p. 6).*

Sob a égide das relações sociais de apropriação pré-capitalistas, o concreto mercantil pré-capitalista aparece contido nas categorias econômicas mercantis pré-capitalistas que, sob a ótica capitalista desenvolvida, surgem como categorias mais simples subsumidas no concreto

mais desenvolvido da economia capitalista; o concreto mais desenvolvido manifesta-se, assim, como uma síntese das múltiplas determinações histórico-sociais.

O dinheiro como forma autônoma do valor-de-troca foi o pressuposto para as relações capitalistas, cujo fundamento é a apropriação de um valor excedente sem nada dar em contrapartida. Nesta fase primitiva, o capital apareceria enquanto forma geral, capital em geral:

*"O novo ser social se caracteriza pela apropriação do produto do trabalho alheio, na troca, sem que para isto entregue ao outro, uma quantidade correspondente (equivalente) de produto (seu ou de qualquer outro)" (AUED, 1998, p. 4).*

Entretanto, foi a “acumulação primitiva”, processo histórico através do qual criou-se os primeiros trabalhadores “livres”, simples vendedores de força de trabalho, que deu início a relação entre proprietários e não proprietários dos meios de produção, a relação social específica do modo de produção capitalista, cuja peculiaridade é a apropriação do valor excedente, pelo proprietário dos meios de produção, através da troca, na produção.

Dizer que no capitalismo a mercadoria manifesta a relação entre o trabalho pago e trabalho não pago, em outras palavras, uma relação entre o valor objetivado na mercadoria força de trabalho e o valor novo criado através do consumo desta capacidade viva de trabalho, é admitir que a relação social de produção capitalista configura uma relação mais complexa que a relação social de apropriação pré-capitalista, embora o mais simples esteja contido, subsumido, no mais complexo. Desta forma, a categoria mais simples, o desprendimento abstrato de trabalho, que na economia mercantil pré-capitalista é a substância do valor, é subsumida na lógica capitalista de valorização do valor; agora, o trabalho vivo subordina-se ao princípio da extração da mais-valia, logo, a categoria valor não mais atua como princípio organizador da economia capitalista.

Daí o entendimento que Marx não constrói uma teoria do valor—foi a economia quem a formulou—uma vez que a lógica da sociedade capitalista é regida pela produção de mais-valia; isto é, a rigor, um não-intercâmbio de equivalentes.

*"(...) assim podemos então afirmar (mesmo que para muitos possa parecer absurdo), que não há uma teoria do valor elaborada por Marx. Afirmamos, isto sim, que a economia Política, é que elabora a teoria do valor e afirma que os homens são por ela regidos. Para Marx, a teoria do valor organiza e normaliza as relações mercantis (e não as relações burguesas) entre os homens, e nunca, em qualquer tempo e lugar, engendrou e estruturou uma sociedade ou modo de produção" (AUED, 1997 p. 14)*

Assim a diferença entre o trabalho passado objetivado no valor da mercadoria força de trabalho e o valor produzido por esta capacidade viva de trabalho torna-se o fundamento da produção capitalista. Essa relação específica, dominante no modo de produção capitalista, se manifesta na categoria mais-valia. Entretanto, *segundo Marx* (Karl Marx, 1969, p. 133): "O produto da produção capitalista não é apenas mais-valia: é também capital" e, além disso, é também: "a produção e reprodução das relações de produção especificamente capitalistas".

Dessa maneira, a sociedade capitalista é produção de mais valia e capital cuja dinâmica é a reprodução sempre ampliada desta condição. A subversão da lógica pré-capitalista de produção pela dinâmica capitalista, se materializa através da mercadoria e do dinheiro capitalista. As categorias econômicas expressam, agora, a lógica do capital, cujo fundamento é extração de mais trabalho usurpado sob a forma de um movimento de alternância perpétua das fases mercadoria e dinheiro.

A mercadoria pré-capitalista expressa a relação de equivalência e o dinheiro, nesta economia, representa o valor que se tornou independente. Na sociedade capitalista, ao contrário, a mercadoria e dinheiro são subsumidos na lógica da valorização do valor, as formas necessárias assumidas pelo capital em sua reprodução.

A metamorfose das relações sociais, de uma relação com base em proprietários privados do produto do próprio trabalho para uma relação entre proprietários e não

proprietários dos meios de produção, é evidenciada na categoria valor: é valor que se extingue no consumo, na sociedade pré-capitalista e valor que se valoriza, no capitalismo. Embora tenha como pressuposto a sociedade pré-capitalista, a transformação revolucionária imposta pela burguesia consiste em reproduzir de forma ampliada as condições que valorizam o valor, o capital; entretanto, esse aprofundamento das condições capitalistas de produção, só é possível destruindo-se as condições objetivas da sociedade pré capitalista, o seu pressuposto. Isto é, as condições gerais da emergência da categoria valor, a relação entre os proprietários do produto do próprio trabalho, são destruídas pela generalização da relação entre proprietários e não proprietários dos meios de produção, a relação capitalista propriamente dita; a negatividade é a equivalência, a positividade, a não-equivalência. O fetiche da mercadoria transmuta-se em fetiche do capital.

## 1.2 PROBLEMÁTICA

A adversidade ideológica dos últimos anos não tem impedido que estudos relacionados à teoria marxista apresentem avanços qualitativos. O "locus" destes estudos, no Brasil, está na universidade pública que, embora submetida ao avanço conservador dentro de seus próprios departamentos, permanece sendo um espaço de ensino e pesquisa autônomo e democrático.

Na pesquisa brasileira marxista, são relevantes os estudos de Claus Germer e Klaggsbrunn, principalmente quando relacionados ao tema do dinheiro. Não há dúvida que são autores com extraordinário domínio teórico; contudo, o assunto é complexo e controverso. Por isto, faz-se neste trabalho algumas críticas, especificamente, e curiosamente, já que são especialistas em dinheiro no capitalismo, à concepção destes autores de dinheiro de crédito, o dinheiro próprio da economia capitalista desenvolvida.

Quando estuda-se a economia mercantil pré-capitalista, tratada por Karl Marx nas partes iniciais de O Capital, de imediato se observa que, em relação a esta parte introdutória, porém fundamental, do capital, o domínio e o conhecimento está bastante sedimentado entre



os autores que utilizam a perspectiva teórica marxista.. Existe, sem dúvida, um amplo consenso teórico, fato que se observa facilmente em artigos, teses, livros, etc. Entretanto, quando trata-se do capitalismo propriamente dito, a situação é muito diferente. Há um amplo espectro de divergências, talvez pela própria condição dos escritos de Marx, cuja morte abreviou os trabalhos de organização e publicação, principalmente dos livros II e III de O Capital, deixando-os na forma de anotações que posteriormente foram organizadas; logo, passíveis de erros de todos os tipos.

O que evidencia-se tanto nos trabalhos desenvolvidos por Claus Germer quanto em Klagsbrunn, embora tenham realizado uma competente organização e sistematização dos conceitos desenvolvidos por Karl Marx e, além disso, executarem perfeitamente a vinculação das categorias com o desenvolvimento concreto das relações sociais, tal como nos indica o próprio Marx, é que estes autores não compreenderam a natureza fetichista da economia capitalista, ou seja, não transcenderam o conceito de fetichismo da mercadoria, próprio da economia mercantil pré-capitalista.

Assim, se neste trabalho aceita-se como correto os resultados obtidos por Claus Germer e Klagsbrunn para a economia mercantil pré-capitalista, o mesmo não é possível dizer dos resultados destes autores para o modo de produção capitalista. Têm-se aqui uma forte divergência, cuja consequência materializa-se numa distinta concepção da mercadoria e do dinheiro no capitalismo.

Pela própria dimensão deste problema, neste trabalho limito-me a indicar tal divergência sem, contudo, desenvolvê-la plenamente, como exigiria a situação. São basicamente duas razões concretas que impedem uma análise mais rigorosa da problemática do dinheiro no capitalismo : a dificuldade teórica associada ao tema, que a rigor exigiria um trabalho mais longo e exaustivo, e a minha própria limitação teórica no momento, cuja transcendência exigiria estudos intensos e muitas horas de reflexão livre que, em trabalhos desta natureza, pela própria limitação de tempo, surgem como barreiras muitas vezes intransponíveis.

### **1.3.1 OBJETIVO GERAL**

Este trabalho tem como objetivo apreender como as relações mercantis pré-capitalistas são materializadas na forma de mercadoria e dinheiro, bem como entender as determinações sociais que se expressam através do dinheiro enquanto valor-de-troca autônomo. Para além das evidências que induzem ao entendimento da mercadoria e do dinheiro como expressão material das relações mercantis pré-capitalistas, este trabalho também procura demonstrar a negação da relação social mercantil pré-capitalista, caracterizada por relações sociais de apropriação com base na lei de equivalência, frente à afirmação das relações sociais capitalistas de produção e a forma como esta nova ordem é materializada na mercadoria e no dinheiro do modo de produção capitalista.

### **1.3.2 SÃO CINCO OS PRINCIPAIS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DESTE TRABALHO:**

- Consiste na compreensão da especificidade da produção pré-capitalista e a forma como esta se materializa na mercadoria pré-capitalista e seu antípoda, o dinheiro.
- Demonstrar como as diferentes funções desempenhadas pelo dinheiro são expressões das distintas funções econômicas exercidas pelo homem mercantil pré-capitalista.
- Demonstrar como a autonomia do valor-de-troca, na forma de dinheiro, apresenta-se como o pressuposto para relações sociais modificadas, as relações capitalistas; bem como caracterizar a produção capitalista como processo histórico e não-lógico cuja base é a relação entre proprietários e não proprietários do meios de produção.
- Com base na relação de produção capitalista, demonstrar a especificidade da mercadoria capitalista frente a mercadoria pré-capitalista.
- Evidenciar como processo de produção capitalista desenvolve suas próprias categorias econômicas, bem como, as novas determinações assumidas pelo dinheiro no capitalismo.

## 1.4 METODOLOGIA

Por ser um trabalho de natureza teórica marxista, a metodologia utilizada consiste basicamente em aprofundado estudo da literatura relevante ao tema. Num primeiro momento, um estudo rigoroso das partes mais relevantes, relativo a este trabalho, de “O Capital” , “capítulo VI inédito de O Capital” e “Contribuição à Crítica da Economia Política”. Utilizo também duas tese de doutoramento, bem como algumas bibliografias consideradas clássicas no tratamento de assunto.

## **CAPÍTULO 2**

## **CAPÍTULO 2**

### **2. A Mercadoria Pré-Capitalista**

Em função da relevância conferida pela teoria marxista à estrutura econômica como fator determinante da dinâmica histórica, faz-se, inicialmente, neste capítulo, algumas breves considerações de caráter materialista sobre o desenvolvimento social da humanidade na sua pré-história<sup>1</sup>. Assim procedo por compreender que o desenvolvimento das forças produtivas, ao fornecer víveres excedentes constantes, cria a base material para que o trabalho adquira um caráter social mais intenso e materialize uma relação social.

A produção de excedentes, além de instituir a base para a constituição do trabalho social, também é premissa das relações mercantis. São os excedentes primitivos os primeiros valores-de-uso a materializarem relações mercantis, através das relações de comércio externas à comunidade primitiva; isto é, a mercadoria surge inicialmente nos espaços mercantis externos e só gradualmente penetra no interior da comunidade primitiva. A mercadoria aparece, portanto, como materialização de relações mercantis cujo pressuposto é o reconhecimento recíproco sobre a propriedade privada do produto do trabalho. Somente nesta condição, afirma Marx, o trabalho social torna-se elemento que normaliza e organiza a sociedade.

#### **2.1 Pré-História Humana e Materialismo Histórico**

Formulada em contraponto a filosofia da história do filósofo alemão Hegel (1770-1831), a concepção materialista histórica propunha uma teoria de espectro generalista sobre a natureza da história e da sociedade que se legitimaria pela sua capacidade de

---

<sup>1</sup> Aceita-se neste trabalho o critério usado por F. Engels em *O Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1884), que classifica como período pré-histórico o longo período compreendido entre a formação dos primeiros agrupamentos humanos nômades à organização das primeiras comunidades sedentárias.

proporcionar um quadro teórico que efetivamente viabilizasse investigações sociais e históricas. Conforme definido pelo próprio F. Engels, o materialismo histórico tinha por objetivo " (...) uma visão do desenrolar da história que procura a causa final e a grande força motriz de todos os acontecimentos históricos importantes no desenvolvimento econômico da sociedade" (*ENGELS in: BOTTOMORE, 1988, p. 260*)

Contudo, se os movimentos concretos da história da humanidade pareciam comportar-se conforme as determinações da concepção materialista, em relação a pré-história humana faltava ainda comprovações concretas. E, de fato, precisou-se ainda algumas décadas para que os estudos do antropólogo Morgan ( *MORGAN apud ENGELS, [1957], p. 18*) viessem a corroborar a validade das formulações materialistas em relação a pré-história humana.

Nos seus estudos sobre a gens de índios americanos, Morgan ( *MORGAN apud ENGELS, [1957], p. 18*) estabeleceu a chave para compreensão da gens de direito materno, a forma primitiva sobre a qual fundou-se a gens ulterior, baseada no direito paterno, forma encontrada nos principais povos da antigüidade. Esta descoberta aparentemente banal tem, segundo F. Engels, " para a história primitiva, a mesma importância que a teoria da evolução de Darwin para a biologia e a teoria da mais-valia, enunciada por Marx, para a economia política". (F. Engels, [1957], p. 18), uma vez que, a partir das relações de parentesco encontradas por Morgan nas tribos americanas, foi possível estabelecer os nexos da transição da organização primitiva matriarcal para uma nova formação sob a égide das relações de direito paterno. Sobre as conclusões de Morgan, o próprio Marx pretendia elaborar um detalhado comentário, se a morte não viesse a interromper tal empresa, já que vinham a confirmar a generalidade da concepção materialista histórica. Coube a F. Engels sistematizar e elaborar, contando inclusive com observações preliminares de Karl Marx, às conclusões do estudo de Morgan dentro de uma perspectiva materialista histórica, trabalho que aparece desenvolvido em "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado", em 1884.

Isso posto, parece bastante pertinente aos objetivos deste trabalho fazer algumas considerações iniciais de caráter materialista sobre os diferentes estágios primitivos do desenvolvimento humano e a relação deste com o processo de trabalho e a produção de excedentes.

## **2.2 Trabalho e Excedente : Considerações Iniciais**

Conforme Mandel (1975, p. 22), alterações fisiológicas na espécie humana fez do homem o único animal que é incapaz de adaptar-se ao meio natural, senão através de algum tipo de esforço consciente. À perda de seus órgãos especializados, desenvolvem-se outros, as mãos e o sistema nervoso, órgãos cuja função consiste em adaptar a natureza às necessidades humanas através do trabalho.

As mãos humanas são os primeiros instrumentos de trabalho. Os homens utilizam-nas ao realizar tarefas já previamente realizadas em seu cérebro. Daí que o processo de trabalho aparece como algo maior do que a simples utilização das mãos na execução das tarefas; é, antes, a realização de um esforço consciente cujo resultado é o desenvolvimento recíproco do cérebro e dos instrumentos de trabalho, estes como prolongamento das mãos.

*Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele executa figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador.*(MARX, 1975, p. 202)

Tão importante é este recíproco desenvolvimento do cérebro humano e dos instrumentos de trabalho que é normalmente utilizado com critério na identificação dos estágios de desenvolvimento da humanidade "O que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios se faz". (MARX, 1975, p. 204)

Assim, a humanidade satisfaz suas necessidades mais fundamentais através do trabalho. E, quanto mais primitivos são os grupos humanos, maior parte do tempo de trabalho dos indivíduos é despendido na produção e coleta de alimentos. Naturalmente que quanto maior o tempo necessário de trabalho despendido à simples subsistência, menor o

tempo excedente dedicado ao desenvolvimento de outras atividades dentro da comunidade primitiva, logo, menor é a divisão do trabalho e mais homogêneo é o grupo. A divisão do trabalho assume então a forma de uma simples *divisão sexual do trabalho*, determinada pelas características físicas distintas existentes entre os humanos de sexo masculino e feminino.

Como vimos acima, o trabalho é uma atividade consciente que potencializa o desenvolvimento do homem primitivo. Isso significa que lentamente acumulam-se inventos, descobertas e conhecimentos que permitem um aumento na *produtividade do trabalho*, ou seja, diminui o tempo de trabalho necessário despendido na simples produção de alimentos e, conseqüentemente, sobra maior tempo a outras atividades. O aumento da produtividade do trabalho proporciona o gradual abandono do nomadismo e o aparecimento do semi-sedentarismo ou mesmo do sedentarismo e, com isto, um aumento ainda mais significativo sobre a produtividade do trabalho, na medida em que, fixos em uma localidade, os homens não mais abandonam seus instrumentos de trabalho. Além disto, utilizando-os cotidianamente nas mais variadas situações, são, por isto, constantemente aperfeiçoados, tornando ainda mais evidente os efeitos sobre a produtividade do trabalho.

Nestas condições, surgiriam os primeiros excedentes constantes de produção. Os reflexos desta produção excedente sobre as estruturas sociais primitivas são muito significativos. Primeiro, proporcionam um desenvolvimento maior da divisão social do trabalho. O simples fato das necessidades mais fundamentais estarem asseguradas pelo excedente social, fornece as bases para que alguns indivíduos possam se dedicar às atividades não diretamente relacionadas com a produção de alimentos. Segundo, criam-se as condições para um aumento da população, bem como da expectativa média de vida dos indivíduos. E, finalmente, geram os fundamentos para a primeira revolução na produtividade do trabalho, o aparecimento da agricultura e a criação de animais, a chamada revolução neolítica<sup>2</sup>. Assim, os homens assumem, pela primeira vez, um controle consciente sobre a produção dos meios de subsistência..



O desenvolvimentos das forças produtivas, ao produzir maiores excedentes, introduz, no interior da comunidade primitiva, conflitos relacionados ao direito à apropriação e à transferência, que agem como forças dissolventes das condições primitivas de organização social.

À divisão do trabalho primitiva, proporcionada pelo aumento da produtividade do trabalho, segue-se a introdução de relações de poder com base no direito à apropriação do excedente comunal. Desta forma, alguns indivíduos ociosos subsistem em função do direito que possuem em participar da partilha do excedente gerado pelos indivíduos laboriosos, ou por possuírem escravos<sup>3</sup>.

*"(...) Testimonia un momento de la evolución económica en que el excedente de bienes producidos impone nuevos problemas a los hombres : los bienes producidos se interponen entre ellos y deforman el sistema de relaciones personales".( BALANDIER apud MANDEL, 1969, p. 30)*

Dadas as condições que introduzem as relações de poder na apropriação do excedente, o trabalho assume caráter social: " Desde o momento que alguém produz para que outros sobrevivam, o trabalho materializa relação entre os homens, portanto, relação social" (AUED, 1998, p. 3). Entretanto, com base nestas relações primitivas de apropriação compulsória do produto excedente, o trabalho social não se constitui em fundamento para a organização social; isto é, não adquire caráter universal.

A característica social do trabalho não contém em si o elemento de ruptura a partir do qual se organizaria uma nova ordem social baseada no caráter universal do trabalho. Foi através das relações mercantis que o trabalho social transformou-se em substância sobre a qual se organizariam os homens — "A troca de mercadoria começa nas fronteiras da comunidade primitiva, nos seus pontos de contacto com outras comunidades ou membros de outras comunidades" (MARX, 1975, p. 98). Assim, ao ser projetada no interior da

---

<sup>2</sup> A classificação usual indica como neolítico o período em que a metalurgia passa a ser utilizada na agricultura.

<sup>3</sup> As relações de escravidão somente foram introduzidas quando o desenvolvimento das forças produtivas tornou possível ao indivíduo médio produzir mais do que consome " en una época em que dos manos no pueden producir más de lo que consume una boca, no existen bases económicas" (MANDEL, 1975, p. 38).

comunidade primitiva, a troca " (...) se transforma, passo a passo, em meio de conexão entre os homens, numa malha invisível de relações sociais mercantis" (AUED, 1998, p. 2).

Nestas condições, o trabalho social impõe-se como força social acima dos homens; uma potência que emerge dos homens enquanto seres mercantis, mas que a eles transcende e domina.

*" (...) o trabalho social, como ser universal, adquire personalidade própria e impõem sua vontade aos homens, transforma-os em corpo e mente das relações sociais, cujo fundamento é o trabalho abstrato materializado em mercadoria e dinheiro" (AUED, 1998, p. 3).*

### **2.3 A Mercadoria : A Forma Mercantil do Produto Excedente**

A produção mercantil tem como pressuposto a produção de excedentes; contudo, a produção de excedentes não significa produção de mercadorias. Isto é, o excedente da produção pré-capitalista não assume necessariamente a forma de mercadoria, ou mais precisamente, a mercadoria enquanto forma mercantil do excedente limita-se sempre a uma parcela do excedente total produzido naquelas sociedades.

Historicamente não se pode caracterizar nenhum estágio ao longo do desenvolvimento sócio-econômico da humanidade, exceto a produção capitalista moderna, como período propriamente mercantil. Na verdade, a produção mercantil pré-capitalista nunca assumiu forma dominante, permanecendo sempre confinada a restritos espaços mercantis no interior da sociedade antiga e medieval. Além disto, o desenvolvimento das relações mercantis nunca foi linear e crescente, mas intermitente, ou seja, houve períodos de maior ou menor efervescência mercantil ao longo da história humana, em que, não raro, épocas mais antigas apresentaram maior desenvolvimento mercantil que os períodos relativamente mais modernos.

Assim, as formas dominantes de apropriação do excedente se caracterizavam pela entrega compulsória e sem qualquer contrapartida do produto do trabalho da classe

laboriosa. Esta relação de expropriação direta <sup>4</sup> de uma classe por outra manifestou-se em diferentes formas de relações sociais de produção (ou relações de expropriação), conforme o grau de desenvolvimento das forças produtivas.

Diferente das relações de expropriação direta, na relação mercantil a apropriação do excedente tem como fundamento homens livres, autônomos e independentes. Aqui, o produto excedente é o meio pelo qual o produtor individual, livre e independente, apropria-se, através da troca, do trabalho de outrem. O excedente, então, assume a forma de mercadoria.

Como vimos acima, produzir excedentes é condição necessária, mas não suficiente, na produção de mercadorias. Isto significa que a troca exige não apenas uma potencialidade produtiva superior, que produz mais do que o necessário à reprodução das condições produtivas, mas também uma relação social específica: a relação entre proprietários privados do produto do próprio trabalho, livres, autônomos e independentes.

## **2.4 A Dupla Face da Mercadoria : O Valor-De-Usa e o Valor-de-Troca**

Ao analisar-se a mercadoria, de imediato constata-se que é dotada de duas características: o valor-de-uso e o valor-de-troca.

O desdobramento de mercadoria em valor-de-uso e valor-de-troca pode ser considerado a primeira tentativa de entendimento sistemático da economia, cujo mérito é creditado a Aristóteles. Na sua época, Aristóteles já observara que as coisas possuíam valor-de-uso e valor-de-troca. Fato bastante surpreendente, visto que eram ainda muito restritos os espaços mercantis frente à dominância do escravismo. Contudo, embora partindo de um pensador invulgar, a identificação do valor-de-uso e do valor-de-troca estava permeada por uma concepção que conferia certa dotação natural e absoluta aos objetos.

---

<sup>4</sup> Sobre o escravismo há um amplo debate sobre sua real importância durante o período imperial Romano, contudo, neste trabalho, adoto a concepção clássica do escravismo tal como apareceu na Grécia Clássica e na parte Ocidental do Império Romano

Uma leitura à luz do conhecimento de hoje permite observar que Aristóteles identificou nos objetos aquelas características restritas à forma mercadoria.

A validade deste método analítico é constatada ao observar-se o fundamento epistemológico da economia política clássica. Nesta, a dualidade da mercadoria verificada por Aristóteles aparece com um fundamento axiomático. Ironicamente, o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, ao transformar todo produto do trabalho em mercadorias, e não apenas o excedente, adequou a realidade ao conceito; o que à época de Aristóteles eram duas características *naturais* das coisas, ao tempo da economia política inglesa (Adam Smith e David Ricardo), apareceram, *acertadamente*, como características da mercadoria.

Obviamente que a economia clássica inglesa não se limitou à dualidade identificado por Aristóteles, ao contrário, partindo deste axioma, formulou a teoria que confere ao trabalho a fonte do valor-de-troca, formulação inconcebível diante a dominância do escravismo na época de Aristóteles— "Así, las abstracciones más generales sólo surgen en general con el desarrollo concreto más rico, donde un elemento se presenta como lo común a muchos, como lo comum a todo" (MARX 1977 c, p. 28).

## **2.5 A Dupla Natureza do Trabalho : Trabalho Útil e Trabalho Abstrato**

Karl Marx, tal como a economia clássica inglesa, também incorporou o axioma da dualidade da mercadoria de Aristóteles, além da teoria clássica do valor trabalho de David Ricardo<sup>5</sup>. Entretanto, Marx transcendeu a estas duas concepções ao conceber a dualidade da mercadoria, o valor-de-uso e o valor-de-troca, como produto da natureza dual do processo de trabalho— "Fui (Karl Marx) quem, primeiro analisou e pôs em evidência essa natureza dupla ( trabalho concreto e trabalho abstrato) do trabalho contido na mercadoria" (MARX, 1975, p. 48).

---

<sup>5</sup> conforme Enrique Dussel, Marx aceitaria a teoria clássica do valor somente depois de 1845 e antes de A Ideologia Alemã.

O processo de trabalho é, independente da época analisada, trabalho útil e trabalho simples em geral. É da natureza do processo de trabalho apresentar-se duplamente determinado; por trás de qualquer trabalho útil, subsiste necessariamente à sua redução a simples desprendimento de energia dos músculos e nervos, o trabalho em geral. Assim, o processo de trabalho *em si mesmo* é independente e indiferente à relação social que lhe fundamenta. É, sempre, um processo de transformação do elemento subjetivo em objetivo; do vivo em morto; do presente em pretérito.

O homem não modifica a natureza, simplesmente a transforma conforme seus desejos. Para tanto, consome os objetos de trabalho, ferramentas, p.ex, e os meios de trabalho, as matérias-primas, com seu trabalho presente, o trabalho produtivo. Tanto os objetos, de trabalho quanto os meios de trabalho são considerados, do ponto de vista do processo de trabalho, trabalho passado, morto, a ser transformado e modificado; enfim, consumido, pelo trabalho vivo, presente.

A transformação empreendida pelo homem à natureza é, então, resultado de um trabalho útil, concreto e, simultaneamente, desprendimento de energia física e mental, um trabalho com características gerais; este trabalho quantifica; aquele, qualifica.

O fundamental é compreender que a dificuldade teórica não se limita apenas à abstração que reduz o trabalho útil individual a simples desprendimento de energia física e mental, mas em desvelar porque trabalho reduzido a sua forma mais simples tornou-se fonte do valor .

*O trabalho simples em geral* não aparece como substância do valor se a apropriação do excedente tiver como fundamento a entrega compulsória. Isto significa que o trabalho presente simples só é fonte criadora de valor quando a apropriação do excedente tiver por fundamento a troca. Portanto, o valor tem como substância o trabalho abstrato, que é a forma que assume o trabalho simples em geral, o desprendimento físico e mental, nas relações mercantis entre proprietários livres, autônomos e independentes.

Portanto, o valor, embora tenha como substrato o trabalho abstrato, a forma como se manifesta, na sociedade mercantil, o desprendimento físico e mental, é uma relação social especificamente mercantil entre proprietários livres, autônomos e independentes.

## **2.6 O Valor Como Relação Social : Do Trabalho Simples em Geral ao Trabalho**

### **Abstrato**

Vimos que o trabalho útil produz valores-de-uso, bens cuja função é satisfazer determinadas necessidades. Vimos também que a mercadoria é necessariamente produto excedente, mas que o excedente pode não se apresentar enquanto mercadoria. Desta forma, constata-se que o produto excedente, para manifestar-se como mercadoria, deve ser apropriado através de um processo voluntário de troca, isto é, pressupõem-se neste processo homens livres, autônomos e independentes, ou seja, homens cuja propriedade sobre o produto do próprio trabalho seja socialmente reconhecida.

Dado o pressuposto do reconhecimento recíproco sobre a propriedade do trabalho, o processo de troca é efetivado sobre aquela parcela do trabalho útil considerada não-valor-de-uso para o proprietário. Assim, do ponto de vista do trabalho útil, troca-se, sempre, valores-de-uso diferentes, trabalhos concretos de qualidade distinta.

*"A mercadoria é valor-de-uso : trigo, linho, diamante, mas ao mesmo tempo, enquanto mercadoria, não é valor-de-uso. Se fosse valor-de-uso para seu proprietário, isto é um meio de satisfazer as suas próprias necessidades, não seria mercadoria. Para o proprietário a mercadoria é antes um não valor-de-uso, é simplesmente o suporte material do valor-de-troca ou simples meio de troca "(MARX, 1975, p. 44)*

Se a mercadoria é, antes, um excedente, um não-valor-de-uso para o produtor, pode-se constatar que a relação mercantil evidencia e externaliza, embora em forma embrionária —somente aparecerá plenamente desenvolvido no capitalismo—, o descolamento entre a satisfação das necessidades individuais do produtor e o seu desprendimento concreto de trabalho. A existência humana passa a ser regida, gradual e continuamente, pela lógica do

valor-de-troca, e não pelo valor-de-uso, ou ainda, pela determinação formal do produto enquanto *suporte material do valor-de-troca*.

Por representar, simultaneamente, valor-de-uso social em potencial e não valor-de-uso para seu proprietário, a mercadoria é conduzida pelo produtor ao mercado. Reconhecido socialmente o conteúdo útil da mercadoria, durante o processo de efetivo de troca, materializa-se uma relação social mercantil entre envolvidos na transação. Neste caso, uma relação social de apropriação; contudo, o fundamento da troca se dá em função da relação de indiferença entre os trabalhos úteis objetivados, abstraindo-se a distinção qualitativa destes trabalhos. É a indiferença, e não qualidade útil do trabalho contido na mercadoria, o fundamento da troca. Karl Marx empreendeu um vigoroso esforço em demonstrar que a troca requer, para além de valores-de-uso distintos, um elemento comum que torne as mercadorias equiparáveis e que estas o são pôr serem produtos do trabalho em geral, simples desprendimento de energia física e mental.

Desta forma, o processo real de troca externaliza o valor-de-troca., inicialmente, nas diferentes proporções de valores-de-uso trocados. Porque o valor-de-troca é ainda apenas potencialmente a categoria que normatiza e estrutura as relação entre os homens, o costume *aparece* como fator de determinação das diferentes proporções em que se trocam os valores-de-uso.

Em síntese, as mercadorias são passíveis de troca porque nelas está contida a mesma substância, o simples desprendimento de energia física e mental. Nas diferentes proporções em que se trocam, aparece a representação deste elemento, que é comum às mercadorias, o valor-de-troca. Assim, o trabalho abstrato aparece como substrato do valor e tempo despendido deste trabalho a sua magnitude.

## **2.7 A Mercadoria**

A mercadoria é a forma que assume o excedente nos espaços mercantis da economia pré-capitalista. Na forma mercadoria, a apropriação do excedente se fundamenta numa

relação de troca entre proprietários privados do produto do próprio trabalho. Ao expressar uma relação de apropriação pela troca, as mercadorias apresentam-se duplamente determinadas *por serem ao mesmo tempo objetos úteis e veículos de valor* (MARX, 1975, p.55); objetos úteis enquanto produto do trabalho útil, concreto, e veículos do valor por conter certa magnitude de trabalho abstrato.

Na relação de troca mais simples, p.ex., 1 da mercadoria A = 2 da mercadoria B, que Karl Marx denominou forma fortuita do valor <sup>6</sup>, observa-se que a dimensão quantitativa da forma mercadoria se expressa necessariamente através de uma relação entre diferentes proporções de valores de uso distintos; assim, a relação entre os homens é externalizada no valor-de-troca como uma relação entre *coisas* e a relação entre as *coisas* encobre a relação entre os homens. À isto Karl Marx chamou de fetiche da mercadoria.

Nestas relações de troca simples, o valor-de-troca não está manifesto por uma mercadoria específica, única representante do valor-de-troca; ao contrário, assume a figura de qualquer mercadoria. Somente pela expansão das relações mercantis esta indistinção começa a ser superada pela emergência de um representante autônomo do valor-de-troca.

*"É necessário distinguir entre valor e o valor de troca...A mercadoria é valor pela sua qualidade de ser produto do trabalho, elevado à categoria de trabalho abstrato ou social. O trabalho abstrato, portanto, é a substância do valor. Mas o valor, segundo Marx, somente pode ser observado numa relação de troca, ou de equivalência quantitativa, entre duas mercadorias, nunca isoladamente...A mercadoria específica na qual outra mercadoria 'mede' o seu valor constitui a forma de valor" (GERMER, ano, p.10).*

É longa a lista de mercadorias que cederam seu corpo à função de expressão do valor; contudo, foi o ouro que, por apresentar características físicas que o identificam com a natureza do valor-de-troca (homogeneidade, divisibilidade, durabilidade, etc), tornou-se a forma mais adequada do valor-de-troca. A forma universal do valor-de-troca.

---

<sup>6</sup> Conforme Karl Marx, a troca direta ou escambo, 2 litros de vinho = 1 kg de café, p.ex..



*Ao valor de troca de uma mercadoria, enquanto materialização do tempo de trabalho social geral, corresponde a expressão da sua equivalência numa variedade infinita de valores-de-uso. (MARX, 1975, p. 43).*

### **2.7.1. Considerações Finais Sobre a Mercadoria Pré-Capitalista**

Vimos que a mercadoria é a forma que assume o excedente nas relações mercantis. Vimos também que foi a fronteira da comunidade primitiva o espaço constituinte destas relações mercantis. Isto é, mercadoria pré-capitalista é tanto produto do desenvolvimento das forças produtivas internas à comunidade quanto da 'fricção' entre diferentes comunidades primitivas.

É a partir das relações mercantis externas que a troca penetra no interior das comunidades. Isto é, as relações mercantis internas aparecem como uma projeção das relações mercantis externas. Por isto, as mercadorias externas surgem, inicialmente, no interior da comunidade, com a prerrogativa da equivalência geral, uma vez que estranhas àquele ambiente, e não raro, tornando-se valores-de-uso indispensáveis aos grupos e indivíduos da comunidade, estas mercadorias revelam-se objetos de desejo geral, portanto, facilmente alienáveis. Aqui, é importante destacar, a prerrogativa de equivalência geral aparece ainda indissociável do valor-de-uso da mercadoria.

O processo de troca, tanto nas relações entre diferentes comunidades quanto entre indivíduos no interior da comunidade, aparece, inicialmente, como unidade do processo de produção e processo de troca, ou seja, o produto do trabalho é propriedade daquele que produz, despende trabalho; a propriedade sobre o produto do trabalho manifesta-se como pressuposto da processo de troca, por isto, a atividade de comércio ainda não se configura como atividade independente, um ramo específico.

O reconhecimento recíproco sobre a propriedade do produto do trabalho, condição pressuposta nas relações mercantis, tem por base produtiva a propriedade sobre as condições objetivas e subjetivas do processo de trabalho pelo produtor individual. Isto

significa que, ao produzir uma mercadoria qualquer, o produtor individual consome com seu próprio dispêndio de trabalho presente os meios de trabalho, os instrumentos de trabalho p.ex., e os objetos de trabalho, as matérias-primas, como fatores de sua propriedade.

O trabalho presente, vivo, modifica e dá nova forma, cria novo valor-de-uso, àqueles fatores objetivos. Aqui o trabalho presente aparece como força produtiva que subordina o trabalho pretérito. Desta forma, o processo de trabalho mercantil pré-capitalista, ao criar um novo valor-de-uso, manifesta-se como objetivação do trabalho presente através do consumo dos fatores objetivos do processo de trabalho, os meios e objetos de trabalho.

*"O trabalho contido já nos meios de produção é o mesmo que o trabalho recém-acrescentado. Só se distinguem por o primeiro estar objetivado em valores-de-uso e o outro se achar implicado no processo dessa objetivação; um é passado, o outro é presente, um está morto e o outro vivo, um está objetivado no pretérito perfeito, o outro está-se objetivando no presente". (MARX, 1974 b, p.60).*

É importante ressaltar que o fator subjetivo domina o objetivo; o produtor individual, isolado e disperso, como depositário da capacidade viva de trabalho, na produção de uma unidade de valor-de-uso, utiliza os fatores objetivos conforme sua habilidade e destreza. Em outras palavras, neste estágio de desenvolvimento das forças produtivas, em que as mãos, ou a extensão destas na forma de primitivos instrumentos de trabalho, constituem a base produtiva, o trabalho vivo subordina o trabalho morto. A este estágio da produção social corresponde certo grau de desenvolvimento da divisão social do trabalho—que apareceria plenamente desenvolvido apenas no modo de produção capitalista—em que há pouca especialização produtiva e pequena diversidade de ramos de produção.

Apenas uma parcela do produto do trabalho do homem mercantil pré-capitalista transforma-se em mercadoria. Isto significa que uma parte bastante significativa do trabalho

daquele produtor individual, isolado e disperso é materializado como valor-de-uso para o próprio produtor.

Dadas as limitações do próprio comércio, juntamente com a produção de valores de uso, para si ( não-valor-de-uso) ou para outros (valor-de-uso social), são produzidos os objetos e os meios de trabalho necessários ao processo produtivo. O valor do produto final, da mercadoria, aparece, assim, como tempo de trabalho social médio despendido na produção dos meios e objetos de trabalho mais o tempo requerido para a produção daquele valor-de-uso específico. Em outras palavras, os fatores objetivos do processo de trabalho ( trabalho passado) entram na composição do valor da mercadoria não como valor-de-troca autônomo, mas como valor-de-uso, parte do trabalho gasto do produtor, isto é, a esfera da circulação não é pressuposto para a produção mercantil pré-capitalista, por isto, o valor-de-troca aparece ainda *como* " artigo autônomo no qual se objetiva determinado quantum de trabalho e que por isso tem um valor-de-troca de grandeza determinada" (MARX, 1974 b, p. 146). É importante destacar que a determinação da magnitude do valor-de-troca como tempo socialmente necessário de trabalho é uma abstração somente possível à luz da crítica da economia política, isto é, quando o desenvolvimento produtivo capitalista estava consolidado. Isto posto, vê-se porque nas relações mercantis reais a magnitude do valor, teoricamente deduzidos como tempo de trabalho abstrato, aparece ainda como um valor indeterminado e indiferente.



## **CAPÍTULO 3**

## **CAPÍTULO 3**

### **3. Funções do dinheiro**

Tal como vimos na primeira parte deste trabalho, valor é uma relação social especificamente mercantil entre homens proprietários privados do produto do próprio trabalho, livres, autônomos e independentes, que tem por substrato o trabalho abstrato. Como abstração, porém real, a relação de valor não tem materialidade corpórea, sendo encarnada por diferentes mercadorias conforme o grau de desenvolvimento das trocas:

*"A forma equivalente desenvolve-se em correspondência com o grau de progresso da forma relativa do valor. Mas, nota-se, o desenvolvimento da primeira é apenas expressão e resultado do desenvolvimento da segunda"(MARX, 1975, p.76).*

Com a generalização do processo de troca, a manifestação do valor adere em uma mercadoria específica, a mercadoria-dinheiro, que assume a prerrogativa de monopolizar a expressão do valor: "O dinheiro é cristal gerado no próprio processo de troca." (MARX, 1975, p. 97)

A consolidação da forma dinheiro do valor, através da encarnação nos metais nobres, torna-se o pressuposto da emergência de novas funções mercantis entre os produtores livres e autônomos, cujo resultado é o surgimento de novas funções para a forma dinheiro.

#### **3.1 Medidas dos Valores**

Através da generalização do processo de troca, da ampliação do espaço mercantil, emerge uma mercadoria especial<sup>1</sup> que assume o monopólio de expressão do valor, o

---

<sup>1</sup> inicialmente a mercadoria equivalente encarna em mercadorias estrangeiras, externas à comunidade, o que a torna objeto de desejo, logo, facilmente intercambiável.

equivalente universal. O processo social que forja o equivalente universal torna-se pressuposto do processo de troca real, efetivo, das mercadorias. Desta forma, num primeiro momento, as mercadorias confrontam-se apenas *idealmente* enquanto encarnação de igual tempo de trabalho abstrato com a mercadoria dinheiro:

*O processo primeiro da circulação é, a bem dizer, um processo teórico, preliminar da circulação real. (...) As mercadorias, que existem como valores-de-uso, criam a própria forma sob a qual aparecem idealmente umas às outras como valores-de-troca, como quantidades determinadas de trabalho geral materializado. (MARX, 1974 b, p. 71)*

Aqui, dois pontos são fundamentais. Primeiro, mercadorias e dinheiro entram na circulação dotados com certa magnitude de valor, ou conforme Brunhoff, "Na circulação, as mercadorias entram com um preço e a moeda com um valor" (BRUNHOFF, 1978, p. 22); segundo, a forma preço é inerente à emancipação do valor-de-troca, e nada mais é do que a quantidade de ouro ideal necessário para expressar dada magnitude de valor contido num valor de uso qualquer " embora apenas o dinheiro idealizado sirva para medir o valor, depende o preço, inteiramente, da substância real do dinheiro" (MARX, 1975, p. 107).

Na circulação, as mercadorias entram dotadas de um preço a realizar; a metamorfose em dinheiro real, em forma dinheiro do valor, é a determinação que a todo instante soa às costas dos valores-de-uso. A transformação efetiva, real, em dinheiro, a realização da mercadoria, substitui a função medida de valores do dinheiro, algo puramente ideal, pela função deste de meio de circulação, função estudada no próximo item.

O material monetário torna-se moeda quando a função de medida de valores é substituída, por conveniência técnica, em medida de preços, algo puramente convencional.<sup>2</sup>

*"O ouro é medida de valores quando tempo de trabalho materializado, e é padrão de preços quando peso determinado de metal. O ouro é medida de valores porque seu valor é variável; é padrão de preços por ter sido fixado por unidade inalterável" (MARX, 1983 a, p. 77).*

---

<sup>2</sup> O poder Estatal determina as particularidades da moeda, seu nome e valor nominal.

Assim, o valor, antes expresso em certa quantidade de ouro, é, agora, comparado com moedas que contenham aquela quantidade de ouro. Por exemplo., se  $A=100$  gramas de ouro, antes da cunhagem, e, depois desta, estabeleceria-se que cada moeda conteria 10 gramas de ouro e, ainda, chamar-se-ia 1 Real, então, o preço de  $A=10$  Reais; logo, se se passasse a chamar 10 gramas de ouro=2 Reais, o preço alterar-se-ia para  $A=20$  Reais. Nas palavras de Karl Marx,

*"Os preços, ou as quantidades de ouro em que se transformam, idealmente, os valores das mercadorias, são agora expressos nos nomes das moedas, ou seja em nomes legalmente válidos" (MARX, 1975, p. 112).*

A função de medida dos valores transforma os valores em preços. Como grandezas ideais, os preços podem apresentar-se dissociados do real valor das mercadorias; estão apenas na cabeça do vendedor ( o produtor possui a prerrogativa de pedir o preço que lhe pareça mais conveniente por sua mercadoria ). Além disto, precisam, os preços, estar à vista de todos em etiquetas, tarjas, etc. , uma vez que, como vimos, são apenas grandezas subjetivas. Desta forma, todas as coisas podem adquirir um preço, isto é, a forma preço admite que coisas aparentemente sem valor, pois não são resultado de um processo de trabalho, adquiram também um preço.

*"A forma preço não só admite a possibilidade de divergência quantitativa entre a magnitude do valor e preço, isto é, entre magnitude de valor e sua própria expressão em dinheiro, mas também pode esconder uma contradição qualitativa , de modo que o preço deixa de ser expressão do valor, embora o dinheiro seja apenas a forma do valor das mercadorias". (MARX, 1975, p. 115).*

### **3.2 Função Meio de Circulação**

No processo de troca, o produtor individual assume alternadamente a figura de vendedor e comprador. Ora possuidor do valor na forma particular, ora de valor na forma geral, o produtor tem a apropriação do produto do trabalho alheio subordinada à capacidade de transformação do seu trabalho particular, materializado em uma mercadoria



apenas *supostamente* útil socialmente, em valor na forma geral. O mesmo processo social que transforma em pólos opostos o valor de uso e o valor de troca, externalizando à dicotomia interna da própria mercadoria, transforma o valor-de-troca da mercadoria em preço, uma grandeza apenas ideal, ouro imaginário, que não garante a circulação real e, conseqüentemente, o consumo do produtor individual:

*"A fixação dos preços permite a confrontação das mercadorias a trocar, ela não garante a circulação efetiva, quer dizer a venda em troca de uma soma de dinheiro que permite prosseguir compras e vendas, Só a circulação, em que a moeda substitui efetivamente a mercadoria, dá a fixação dos preços toda sua dimensão. a primeira função da moeda é condição da segunda, mas a segunda é condição da primeira". (BRUNHOFF, 1978, p. 27).*

Bipolarizados, valor-de-uso e a forma dinheiro do valor, trabalho particular e trabalho social, respectivamente, introduzem a necessidade de dois atos sucessivos à realização do consumo: A venda e a compra. Nesta, transforma-se dinheiro em mercadoria (M-D), naquela, mercadoria em dinheiro (D-M). Observado pelo prisma do produtor individual, o circuito da mercadoria pode ser expresso pela notação M-D-M, a simples justaposição dos atos de compra e venda.

O entrelaçamento dos diversos circuitos M-D-M constitui a circulação de mercadorias. Cada circuito completo representa duas metamorfoses parciais de dois outros circuitos, conforme Karl Marx " (...) a metamorfose total de uma mercadoria pressupõem, e sua estrutura mais simples, quatro extremos e três personagens" (MARX, 1975, p. 124).

A peculiaridade deste processo é que há a possibilidade de uma ruptura temporal entre as duas fases metamórficas do circuito da mercadoria, embora a relação de compra e venda sempre seja recíproca:

*"Venda e compra são ato único, idêntico, ao constituir relação mútua entre duas pessoas, polarmente opostas, entre possuidor de mercadoria e o, possuidor de dinheiro. (...) Uma vez que a primeira fase da metamorfose é, ao mesmo tempo, venda e compra, esse processo, embora parcial, é autônomo. (...) Ninguém pode vender sem que alguém compre" (MARX, 1975, p. 126).*

A possibilidade de ruptura temporal introduzida com a circulação de mercadorias obviamente não está relacionada com os atos opostos de compra e venda, pois, conforme foi demonstrado na citação acima, constituem-se atos únicos. O rompimento voluntário do circuito da mercadoria é resultado da circulação, mas se apresenta através da não circulação. Desta forma, a ruptura da simultaneidade dos atos M-D/D-M, a distensão no tempo do circuito completo da mercadoria, torna-se possível apenas através do impedimento da realização do segundo ato, D-M.

Ao possuidor do valor na forma universal, forma dinheiro do valor, existe a prerrogativa de escolher o momento mais adequado para a reconversão da forma universal do valor em valor de uso. Esta liberdade conquistada pelo possuidor de dinheiro (também identificada como liquidez pela teoria keynesiana) origina-se no próprio processo social que, ao externalizar a dicotomia interna da mercadoria, forja a representação geral do valor no dinheiro, que nada mais é que os diferentes trabalhos abstraídos de sua forma particular e, por isso mesmo, acesso indistinto, embora quantitativamente limitado, ao mundo dos valores de uso "O produto geral da alienação das mercadorias é a mercadoria dotada de uma capacidade absoluta de alienação" (MARX, 1983 a, p. 95). Isto posto, conclui-se que a venda não imediatamente sucedida por uma compra é ato voluntário que redunde em um impedimento do curso da forma dinheiro do valor, cujo resultado aparece através da formação de tesouros. A circulação das mercadorias introduz um problema até então inexistente: a circulação da forma dinheiro do valor. Tal como foi visto até agora, ao desenvolver-se a forma equivalente, o consumo do produtor necessariamente deve ser precedido pela circulação do produto de seu trabalho. Contudo, a circulação das mercadorias tem como contrapartida um movimento do dinheiro que, ao contrário das mercadorias, não percorre um circuito, mas um curso cujo resultado é o afastamento do seu ponto de partida.

*"Como a mercadoria sai constantemente de circulação, o dinheiro continua a circular sem parar. O lugar deixado pela mercadoria é ocupado por uma moeda de valor equivalente". (HILFERDING, 1985, p. 43)*

O fato das mercadorias transubstanciarem-se em dinheiro e assumirem, pela realização de seu preço, a forma de riqueza geral, enfim, circularem, significa que o conteúdo particular do trabalho despendido pelo produtor individual foi sancionado pela sociedade, mostrou-se útil socialmente. São estas metamorfoses que conferem o substrato de dinheiro como meio de circulação.

*"O movimento formal das mercadorias implicadas num processo surge, pois, como um movimento característico do dinheiro que permite a troca de mercadorias imóveis em si o movimento do processo de circulação das mercadorias manifesta-se assim no movimento do dinheiro enquanto meio de circulação na circulação da moeda". (MARX, 1983 a, p. 101)*

Na função de meio de circulação manifesta-se a primeira evidência empírica da possibilidade da substituição do dinheiro real por signos de valor, meros símbolos sem valor inerente. Esta possibilidade encontra justificativa teórica no movimento subordinado do dinheiro à movimentação real das mercadorias, uma vez que, até o movimento efetivo de circulação, mercadoria e dinheiro relacionam-se apenas idealmente e, por isto, condicionando o dinheiro à simples função de medida de preços; somente na circulação das mercadorias, realização de seus preços, o dinheiro afirma-se como meio de troca, meio de circulação. Isto posto, verifica-se que na função meio de circulação, o dinheiro deve permanecer sempre confinado à circulação real das mercadorias, subordinado ao processo de troca real, exercendo simples função de intermediação para a qual é necessário apenas reconhecimento social de valor ( para aquele que recebe o papel-moeda o importante é que esta lhe proporcione obter as mercadorias que deseja); portanto, torna-se dispensável a condição de possuir valor inerente, ser mercadoria.

*"As moedas se desgastam no curso, umas mais outras, menos (...) Moedas de igual nome se tornam de valor diverso, por divergir os respectivos pesos. O peso do ouro na serventia do meio de circulação difere do peso do ouro considerado estalão de preços, cessando assim de ser o verdadeiro equivalente das mercadorias" (MARX, 1975, p. 139).*

### **3.3 Entesouramento**

A circulação das mercadorias converte a forma dinheiro do valor em meio de circulação. As mercadorias percorrem um circuito para dele sair através do consumo, realizando, assim, seu valor-de-uso; o dinheiro, ao contrário, mantém-se confinado à circulação e percorre um curso em que se afasta continuamente de seu ponto de partida, transforma-se, pois, em meio de circulação.

A interrupção voluntária do circuito completo da mercadoria, M-D-M, impede o dinheiro de percorrer o seu curso normal de distanciamento da origem, ou seja, de exercer a função de meio de circulação, imobilizando-o na forma de tesouro " para reter o ouro como dinheiro ou fator de entesouramento, é mister impedi-lo de circular ou de servir de meio de compra, quando se transforma em artigos de consumo." (MARX, 1975, p. 148).

A imobilização da forma dinheiro do valor apresenta-se, segundo Claus Germer (GERMER, 1995, p. 62), de duas maneiras : como moeda suspensa, simples momento técnico (meio de circulação latente), e entesouramento propriamente dito, direito de acesso irrestrito ao mundo das mercadorias. Embora, a preservação da forma dinheiro do valor, através do entesouramento, na circulação simples, apareça como uma condição anômala ( somente possível pela negação da circulação, pelo impedimento da mudança de forma ou, ainda, em outras palavras, pela abstinência ou frugalidade do produtor ), esta função adquire importância fundamental em relação à regulação da quantidade de meio circulante.

O volume do tesouro apresenta movimentos de sístole e diástole conforme os fatores determinantes do volume do meio de circulação—somatório dos preços das mercadorias e velocidade de circulação da moeda e compensação dos pagamentos "(...) do ponto de vista social, o entesouramento desempenha uma função especificamente econômica na circulação metálica, que é de regular a quantidade de dinheiro de circulação. ( GERMER, 1995, p. 63)

### **3.4. Meio de Pagamento**

Vimos que o dinheiro como meio de circulação é expressão objetiva da alternância da posição vendedor/comprador pelo produtor direto; na figura de comprador, o produtor representa a posse do dinheiro, a expressão geral da riqueza, na figura de vendedor, representa a mercadoria, o valor na forma particular.

Desta forma, o dinheiro percorre um curso sempre em oposição ao circuito da mercadoria. Além disso, foi visto também que o desenvolvimento das trocas conduz à separação de uma mercadoria especial cujo valor-de-uso é representar o valor-de-troca que, ao assumir a posição de monopólio da expressão do valor, possibilita uma ruptura temporal no circuito da mercadoria cuja notação mais exata passa a ser M-D/D-M (até aqui indicado apenas pela notação M-D-M).

Se não há simultaneidade necessária dentro do circuito da mercadoria, a forma dinheiro do valor pode ser imobilizada por mais ou menos tempo conforme a vontade do possuidor. Karl Marx identifica dois pontos distintos que determinam a manutenção do valor na forma geral de dinheiro: o fato das compras serem dispersas no tempo, enquanto que a venda é ato único, e a característica do próprio valor-de-troca na forma dinheiro de expressar um direito pleno de acesso às mercadorias. Este chamou de entesouramento, aquele, de reserva técnica. O fundamental é que ambos existem enquanto não-circulação; em oposição ao dinheiro na função de meio de circulação.

Na função meio de pagamento, o dinheiro não cumpre mais a função de meio de circulação; desaparece o enfrentamento simultâneo entre mercadoria e dinheiro. A mercadoria agora circula sem contrapartida imediata do dinheiro "Um vende mercadoria existente, o outro compra como mero representante de dinheiro, ou de dinheiro futuro. O vendedor torna-se credor; o comprador, devedor" (MARX, 1975, p. 149).

Na sua origem, a função meio de pagamento surgiria da não coincidência dos ciclos nos diferentes ramos de produção. Por isto, inicialmente, a relação credor/devedor apareceria lado a lado à tradicional relação vendedor/comprador, subordinada ao processo de troca real, às relações entre os produtores individuais:

*Um possuidor de mercadoria pode estar assim pronto para vender, antes que outro esteja pronto para comprar. Com a constante repetição das mesmas transações entre as mesmas pessoas, as condições de venda das mercadorias regulam-se pelas condições de produção. ( MARX, 1975, p. 149).*

Nestas relações de crédito, a venda da mercadoria e a efetiva realização de seu preço não mais são simultâneas, coincidentes no tempo. Com isto, importantes modificações podem ser observadas na circulação simples. Primeiro, o preço passa a desempenhar, juntamente com a função de medida ideal do valor, uma de medida de contratos; segundo, torna-se meio ideal de compra:

*"Cessou a aparecimento simultâneo dos equivalentes, mercadoria e dinheiro, nos dois pólos do processo de venda. (...) e o dinheiro já não exerce mais a função de intermediários das trocas" (MARX, 1975, p. 150/151) e "... neste caso não atua como meio de circulação( pois a mercadoria já circulou) nem como meio de compra ( pois a mercadoria já foi adquirida), mas como forma autonomizada do valor na função de meio de pagamento"(GERMER, 1995, p. 67).*

Com a generalização das relações creditícias no interior da sociedade pré-capitalista, uma relativa independência entre a circulação de bens e circulação de dinheiro se manifesta, uma vez que a função meio de pagamento introduz a circulação de valores de uso sem a contrapartida imediata de dinheiro e a circulação de dinheiro somente após a realização do valor-de-uso pelo consumo. Desta maneira, a não contrapartida imediata entre mercadoria e dinheiro introduz uma importante modificação no próprio circuito da mercadoria, conforme Karl Marx :

*"Nesta forma de venda, a mercadoria efetua a sua mudança de lugar, circula, adiando a sua primeira metamorfose, a sua transformação em dinheiro. Do ponto de vista, do comprador, pelo contrário, a segunda metamorfose realiza-se, isto é, o dinheiro é convertido em mercadoria antes que a primeira metamorfose seja realizada, isto é, antes que a mercadoria tenha sido convertida em dinheiro" (MARX, 1983 a, p. 139).*

Em síntese, a divisão social do trabalho no interior da sociedade pré-capitalista, ainda que incipiente, pressiona relações entre produtores em diferentes fases de produção — a produção real não necessariamente é articulada no tempo — estabelecendo relações credor/devedor, que são o fundamento da função meio de pagamento. A condição credor/devedor subverte o fluxo linear convencional, vender para comprar; agora, é imperioso vender para pagar: "a primeira metamorfose (M-D) terá que ser realizada depois que a segunda (D-M) já se efetivou, e com a finalidade de pagar a dívida contraída e não de comprar" (GERMER, ano, p. 68). Com isto o dinheiro adquire um novo significado, convertendo-se em objetivo e resultado final da circulação de mercadorias; a circulação de mercadorias subordina-se, agora, às relações de crédito dos produtores, e não mais aos objetivos de consumo destes.

Esta nova configuração da economia torna ainda mais articulado o tecido mercantil, o revestindo com uma força sem sujeito que domina os produtores individuais.

*"O dinheiro, ou seja, a forma autônoma em direção à qual evoluiu o valor-de-troca, já não é a forma que permite a circulação de mercadorias, mas seu resultado final" (MARX, 1983 a, p. 136).*

A moeda de crédito, dinheiro próprio da economia capitalista, tem sua origem na função meio de pagamento. É sob a forma de títulos de dívida privados que os valores de uso passam a circular; assim, os valores de uso entram na circulação com base numa promessa futura de pagamento expressa em letras de câmbio. Estas, endossadas, adquirem poder social e circulam até o vencimento, possibilitando a substituição do meio de circulação convencional, "A letra de câmbio substituí o dinheiro ao assumir ela mesma uma função monetária" (HILFERDING, 1985, p. 85). Simultaneamente ao desenvolvimento do comércio com base em letras câmbio, organizaram-se câmaras de compensação que, ao concentrarem num mesmo local as ordens de pagamentos e recebimentos, proporcionaram, por um processo de compensação, a diminuição relativa do montante de meio de circulação, este agora solicitado apenas para saldar os resíduos não compensados. Estes dois processos alteraram radicalmente a quantidade de meio de

circulação necessários à circulação de mercadorias, proporcionando uma sensível diminuição relativa da quantidade de meio circulante.

*"Nesta medida o dinheiro na função de meio de pagamento expande-se em detrimento das de meio de circulação e de entesouramento, nesta medida as transações expandem-se em valor com insignificante intervenção de dinheiro real"(GERMER, 1995, p. 71).*

Por fim, o desenvolvimento da função meio de pagamento altera o próprio caráter do entesouramento, subvertendo-o em reserva técnica, num mero fundo para pagamentos futuros.

### **3.5 Dinheiro Universal**

Das definições de Marx segue-se que o equivalente de valor só se torna efetivamente *geral* quando atua como equivalente em todo o mundo das mercadorias, isto é, em todos os países de produção mercantil. Neste âmbito, ele retorna à sua forma material original de mercadoria-dinheiro ou ouro. Os padrões de preços e as formas de moeda são particulares a cada país, pois são puramente convencionais e resultantes de desenvolvimentos históricos e estruturas institucionais distintos, sendo, portanto, inócuos no mercado mundial. No mercado internacional o dinheiro retorna à sua função original de meio geral de troca, mas não de meio de circulação.



## **CAPÍTULO 4**

## **CAPÍTULO 4**

### **4. Dinheiro e Capital**

Neste capítulo destaca-se o dinheiro como pressuposto para a conformação das relações capitalistas de produção.. Além disto, procura-se caracterizar o modo de produção capitalista como resultado histórico e não-lógico do desenvolvimento social. Isto significa que as relações capitalistas de produção desenvolvem-se através de uma ruptura histórica que produz a separação do homem das condições objetivas de trabalho.

Introjetadas essas relações modificadas, baseadas na propriedade e não propriedade dos meios de produção, criaM-se os fundamentos de um processo de retroalimentação cujo resultado é reprodução ampliadas das relações capitalistas de produção.

#### **4.1 Transformação do Dinheiro em Capital**

Vimos que o dinheiro é resultado da esfera da circulação simples de mercadorias; é produto das relações mercantis entre proprietários livres, autônomos e independentes. Vimos também que, na circulação simples, M-D-M, o objetivo final destes proprietários livres é o consumo que, numa etapa ainda pouco desenvolvida das trocas, seria realizado através da alternância entre as funções econômicas de vendedor e comprador pelo próprio produtor individual; mais tarde, numa etapa mais avançada do processo mercantil, sobrepõem-se àquelas as funções de credor e devedor.

Coexistem, portanto, no mesmo espaço mercantil, e eventualmente num mesmo produtor individual, as figuras de vendedor/comprador e credor/devedor; esta enquanto representação da relação vender para pagar, aquela, da relação vender para comprar. São destas diferentes figuras mercantis assumidas pelos produtores individuais que emerge o fundamento real das distintas funções exercidas pelo dinheiro dentro da circulação simples. O fundamental é compreender que, embora o primeiro ato da circulação, a venda, apareça

modificada quanto à necessidade de obtenção do dinheiro — para simples compra ou para pagamento de dívida — ambos estão vinculados ao consumo de um certo valor-de-uso, ou seja, na circulação simples de mercadorias, o último ato do circuito, a compra, realiza o simples desejo da distinção qualitativa entre os extremos do circuito.

Contudo, a forma autônoma do valor-de-troca, a forma dinheiro do valor, não representa somente resultado das relações de troca entre proprietários livres, autônomos e independentes, mas também o pressuposto de relações sociais modificadas, que não estão mais vinculadas ao restrito objetivo do consumo: "Na sua qualidade de resultado da circulação simples, o capital começa por existir sob a forma de dinheiro" (MARX, 1983 a, p. 319).

É objetivo final da circulação de mercadorias o que confere a natureza do caráter do dinheiro "porque capital é dinheiro que passa indiferentemente da sua forma de dinheiro à qualquer mercadoria sem que se perca como objeto de consumo individual" (MARX, 1983 a, p. 320); assim; se o objetivo é o consumo, vender para comprar, o dinheiro representa simples dinheiro, se objetivo é a diferença quantitativa entre os extremos do circuito, e não a mera diferença qualitativa entre os valores-de-uso, então é dinheiro como capital "(...) comprar para vender. O dinheiro que se movimenta de acordo com esta última circulação transforma-se em capital, vira capital, por sua destinação, é capital" (MARX, 1975, p. 166).

Historicamente é o comerciante quem personifica a circulação capitalista, entendida como um processo de dupla metamorfose: de dinheiro para mercadoria e desta para dinheiro acrescido (D-M-D'). Sua ação representa o desejo de valor acrescido, de simples distinção quantitativa entre os extremos do circuito.

*"O novo ser social se caracteriza pela apropriação do produto do trabalho alheio, na troca, sem que para isto entregue, ao outro, uma quantidade correspondente (equivalente) de produto do trabalho (seu ou de qualquer outro), na circulação da riqueza. Personifica-se em homens que enriquecem porque valorizam sua riqueza através da compra e venda da riqueza social, através da circulação da mercadoria e do dinheiro" (AUED, 1998, p. 4).*

O capital em geral, cuja notação é  $D-M-D'$ , é a primeira forma histórica do capital. Apresenta-se de duas formas : o capital comercial propriamente dito, enquanto resultado do comércio de mercadorias, e capital usurário. No primeiro caso, compram-se mercadorias para vendê-las mais caro; no segundo, o objeto de comércio é o dinheiro, a forma universal da riqueza. Em ambos o objetivo é transformar dinheiro em mais dinheiro,  $D$  em  $D'$ ; apropriar-se da diferença quantitativa entre os extremos do circuito. Este fenômeno deve ser entendido como resultado histórico e lógico da separação formal entre a riqueza nas formas geral e particular, dinheiro e mercadoria, respectivamente "o novo ser social se constitui no interior da conexão social que transforma o trabalho social em trabalho humano abstrato" (AUED, 1998, p.4) .

Com o capital comercial dois circuitos diferentes passariam a coexistir, o circuito mercantil simples ( $M-D-M$ ), condicionado pela diferença qualitativa entre os extremos do circuito, e o circuito do capital ( $D-M-D'$ ), cujo movimento expressa um desejo de acréscimo meramente quantitativo. Aqui, duas relações sociais distintas subsistem por trás destes circuitos distintos; relações entre produtores privados, autônomos e independentes no circuito  $M-D-M$  e no circuito  $D-M-D'$ , relações comerciais entre produtores diretos e capitalistas: "Para além das aparências de mercadoria e dinheiro, há duas relações sociais que se entrelaçam e se confundem mas, que são universalidade distinta, singulares" (AUED, 1998, pg. 5). O problema da delimitação das fronteiras entre capital e dinheiro, portanto, consiste em manter-se arraigado o princípio de Marx sobre a base social do fenômeno e seus reflexos sobre as categorias econômicas.

Afirmar que o capital pressupõe o dinheiro enquanto valor autonomizado é o mesmo que dizer que a circulação de mercadorias foi o ponto de partida do capital, ou seja, o dinheiro foi somente subsumido pelo ciclo do capital e que continua a desempenhar também as funções de simples dinheiro na circulação de mercadorias.

*[ O capital ]....como uma categoria que parte do dinheiro, baseia-se no dinheiro mas não é apenas dinheiro, pois supera o dinheiro como expressão de valor (GERMER, ano, p. 75)*

#### **4.2 O Capital: Negação do Valor**

Observado pela ótica da circulação, o capital comercial manifesta as mesmas características da circulação capitalista propriamente dita<sup>1</sup> "Na realidade, portanto, D-M-D' é a fórmula geral do capital conforme ele aparece diretamente na circulação" (MARX, 1975, p. 175). Em ambos, o objetivo final é acréscimo de valor,  $\Delta D$ . Neste circuito, o dinheiro, forma universal do valor, só é efetivamente transformado em mercadoria se existir uma expectativa de transformação desta mercadoria novamente em dinheiro acrescido. Assim, como possuidor de D, o capitalista condiciona o ato da compra com a possibilidade da venda, e não à satisfação de suas necessidades.

O dinheiro e mercadoria passam a expressar diferentes formas que assume o valor no seu circuito de valorização, uma vez que para a valorização do valor não é suficiente possuí-lo em forma universal (dinheiro) ou na forma particular (mercadoria), mas promover a alternância perpétua dessas formas, ou seja, constituir um movimento contínuo de valorização.

*"O mundo objetivo de toda a riqueza apresenta-se agora como invólucro físico do dinheiro, exatamente como o ouro e a prata, e é precisamente o caráter puramente formal da diferença que separa o dinheiro da sua forma monetária do dinheiro sob a forma de mercadoria que lhe permite adotar uniformemente a primeira ou a segunda destas formas, passar da forma monetária à forma mercadoria. (autonomia agora só reside no seguinte : o valor-de-troca mantém-se na sua qualidade de valor, quer exista sob a forma de dinheiro ou de mercadoria, e só passa para a forma mercadoria para valorizar a si própria." (MARX, 1983 a, p. 320)*

Isto significa que as formas geral e particular do valor são subsumidas no ciclo de valorização do valor. O dinheiro e a mercadoria apresentam-se como formas necessárias

assumidas pelo valor no processo de valorização e, portanto, não mais representam a forma autônoma e particular da riqueza, mas mais-valor em potencial "As mercadorias são adquiridas não como simples valores de uso a serem consumidos, mas como elementos portadores de valores a serem recuperados' (GERMER, ano, p. 85).

O curso do dinheiro também sofre modificações sob a égide da circulação capitalista. Agora, o dinheiro não mais se afasta continuamente do ponto de partida, como foi observado no estudo da circulação simples, mas deve retornar ao ponto inicial do ciclo para novamente percorrê-lo.

*"Na forma M-D-M, a mesma peça de moeda troca de lugar duas vezes (...). O inverso ocorre na forma D-M-D. Não é a mesma peça que troca de lugar duas vezes e sim a mesma mercadoria.. a dupla mudança da mercadoria ocasiona a volta do dinheiro ao seu ponto de partida"(MARX, 1975, p. 168).*

Contudo, ao observar-se atentamente o processo de valorização do valor no capital em geral, constata-se que as diferenças formais entre circulação simples e circulação capitalista não são suficientes para desvelar o processo de produção e reprodução do valor na sociedade capitalista pois

*"(...) a inversão só existe para um dos participantes. Em ambas as seqüências defronto-me com um apenas na função de comprador e com outro na função de vendedor, para um represento dinheiro e para o outro mercadoria; em nenhum dos dois casos interfiro exercendo função de capital ou de capitalista ou representando algo que fosse mais do que dinheiro ou mercadoria ou que pudesse ter qualquer outra influência além do dinheiro e da mercadoria"(MARX, 1983 a, p. 176).*

Dessa forma, ao reduzir-se o capitalista comercial ao que realmente é: um mero intermediário entre o vendedor e o comprador, ou ainda, a simples figura que representa ora a mercadoria ora o dinheiro, evidencia-se a impossibilidade da criação de valor na circulação.

---

<sup>1</sup> Como capital usurário, a circulação do dinheiro apresenta-se na forma compacta D-D'.

### **4.3 O Processo de Produção Capitalista: Criação de Mais-Valia**

Vimos até agora que dinheiro não é *em si* capital, mas que capital é dinheiro, ou melhor, o capital subsume o dinheiro em seu perpétuo ciclo de reprodução. Embora premissa histórica do capital, o dinheiro é, na circulação capitalista, apenas uma forma específica— forma universal da riqueza— que assume o valor em seu processo de valorização; o mesmo pode ser dito da mercadoria. Em síntese, no capitalismo, dinheiro transforma-se na forma-dinheiro do valor, mercadoria, na forma-mercadoria do valor.

*"Agora, pelo contrario, o valor-de-troca deve conservar-se na sua existência de valor-de-uso, na sua existência real ( e não só formal) de valor-de-uso; deve conservar-se enquanto valor-de-troca no valor-de-uso enquanto valor-de-uso" (MARX, 1983 a, p. 320/321 ).*

Da perspectiva lógica, mas não histórica, o trecho acima permite observar que a produção capitalista não pode basear-se na simples sucessão das fases dinheiro e mercadoria, pois agora valor-de-troca e valor-de-uso, dinheiro e mercadoria, respectivamente, são manifestações apenas formais do movimento de conservação e expansão do valor. Isto significa que o capital *aparece* na circulação sob uma "dupla face monetária" (MARX, 1983 a, p. 320); não está vinculado à forma geral, nem à forma particular, mas simplesmente a alternância contínua destas formas. Também o conteúdo do valor-de-uso, na circulação capitalista, é totalmente indiferente ao capitalista, pois é a venda, e não o consumo, seu objetivo.

*"A negação real do valor-de-uso que não reside no fato de abstrair dele, mas sim do seu consumo ( não do fato de se opor a ele num estado de tensão imóvel), esta negação concreta que lhe é própria e que é ao mesmo tempo sua realização como valor-de-uso, é necessário transformá-la em operação pela qual o valor-de-troca afirma a si próprio e manifesta a sua atividade" (MARX, 1983 a, p. 320).*

Se, agora, existe apenas uma distinção formal entre dinheiro e mercadoria: "Para o dinheiro na sua forma de capital, não existe outro valor-de-uso" (MARX, 1983 a, p. 320);

parece, pois, impossível, do ponto de vista lógico, deduzir a valorização do valor da metamorfose das formas, ou seja, a diferença quantitativa, o valor acrescido, não pode ter origem numa relação de algo consigo mesmo (dinheiro e mercadoria são agora o mesmo conteúdo sob invólucros distintos)

Isto significa que no interior da esfera da circulação de mercadorias deve, necessariamente, existir um elemento de oposição ao capital, um valor-de-uso que não seja simples distinção formal do valor-de-troca, e este elemento é a capacidade de trabalho: "Na sua qualidade de capital, o dinheiro só se relaciona com o não capital, com a negação do capital, e é somente por referência a esta que ele é capital" (MARX, 1983 a, p. 322).

Foi necessário um longo processo histórico até o aparecimento da capacidade de trabalho, ou força de trabalho, como mercadoria. O processo histórico que estrutura essa nova relação social de produção, cuja peculiaridade é a apropriação pelo capitalista do valor excedente, pela troca, na produção, tem como fundamento o trabalhador livre, simples vendedor de força de trabalho. A criação dessa massa de trabalhadores "livres", o chamado processo de acumulação primitiva, deu início à valorização do valor pela produção, cujo resultado é a afirmação e ampliação das relações capitalistas de produção: "A existência do capital é o resultado de um longo processo histórico que deu à sociedade a sua estrutura econômica" (MARX, 1983 a, p. 323).

A produção capitalista, portanto, pressupõe não apenas o dinheiro como valor autônomo—resultado da circulação simples de mercadorias—mas também a capacidade viva de trabalho à disposição no mercado; esta última por representar uma valor-de-uso *sui generis, não-capital* ( no sentido de oposição a simples dupla face monetária representada pelo dinheiro e mercadoria ), aquele, por apresentar-se como riqueza geral, direito pleno e imediato ao mundo dos valores de uso. Ou conforme Marx, "Essa metamorfose, a transformação do seu dinheiro **[do capitalista]** em capital, sucede na esfera da circulação e não sucede nela" (MARX, 1975, p. 219).



Dadas as condições históricas para a produção capitalista, estão disponíveis na esfera da circulação todos os elementos objetivos para o processo de produção capitalista as matérias-primas, os meios de produção e a força de trabalho. A apropriação pelo capitalista destes elementos é um ato da circulação simples de mercadorias, logo, submetida às leis de equivalência. Como mercadorias, tais elementos têm seus valores determinados pelo tempo de trabalho social necessário para produzi-los, pelo trabalho objetivado.

Embora, na perspectiva da circulação, a capacidade viva de trabalho seja simples mercadoria, na perspectiva da esfera da produção apresenta-se como uma mercadoria especial— um valor de grandeza fixa, determinada *a priori*, capaz de produzir uma magnitude variável de valor.

É a fábrica o espaço por excelência desta transformação . É no interior desta que ocorre a relação entre o trabalho pretérito, morto, objetivado no valor da capacidade viva de trabalho e o trabalho vivo ( presente) incorporado através do consumo de força de trabalho.

Como qualquer mercadoria, o valor da força de trabalho não é determinado pelo seu uso, ou consumo, mas pelo tempo de trabalho social materializado. Isto significa que o valor da força de trabalho apresenta-se na esfera da circulação como grandeza fixa, determinado *a priori* pelo tempo necessário de trabalho social para reproduzi-la (tempo de trabalho objetivado), ou seja, pelo tempo de trabalho necessário à produção dos meios de subsistência necessários para a simples reprodução da capacidade viva de trabalho.

*"El obrero, pues, cambia el trabajo como valor de cambio simple, predeterminado, determinando por un proceso pasado—cambia el trabajo mismo como trabajo objetivado; [...] el capital cambia el trabajo como trabajo vivo, como fuerza productiva general de la riqueza, la actividad acrecentadora de la riqueza" ( MARX apud ROSDOLSKY, 1989, p. 237).*

Com base na relação capitalista de produção, o capital pode incorporar trabalho vivo, a força criadora do valor. A objetividade dos elementos constituintes do capital, presentes na esfera da circulação de mercadorias, é submetida à subjetividade da

capacidade viva de trabalho; opera-se aqui uma constante troca da forma de movimento à objetividade. Isto permite concluir que o intercâmbio de equivalentes observado, e deduzido logicamente, na esfera da circulação de mercadorias, é, se analisado da perspectiva da esfera da produção, um *não-intercâmbio*, visto que o capitalista se apropria de um valor superior ao que tinha adiantado cuja magnitude é precisamente a diferença entre o valor objetivado na força de trabalho, que aparece na forma de salário, e o trabalho efetivo realizado pelo trabalhador no interior do processo produtivo "Por ello, todo este processo debe calificarse de consumo productivo, es decir de un consumo que no es 'mero consumo de lo substancial, sino" que consume " solamente la forma dada del objeto para ponerlo en una nova forma objetiva" (ROSDOLSKY, 1989, p. 240)

Fica assim determinado o segredo da produção capitalista. A valorização do valor tem origem no *não-intercâmbio* do processo real de produção através de diferença entre o valor objetivado na força de trabalho e a potencialidade criativa de valor desta, relação que aparece na categoria mais-valia.



## **CAPÍTULO 5**

## **CAPÍTULO 5**

### **5. A Mercadoria Capitalista**

Neste capítulo pretende-se demonstrar a natureza distinta da mercadoria capitalista em relação a mercadoria pré-capitalista, da qual partimos. Esta distinção, tem por fundamento a relação social de produção capitalista, isto é, a relação entre proprietários e não-proprietários do meios de produção e subsistência. Também procura-se evidenciar a singularidade da produção capitalista enquanto unidade do processo de trabalho e processo valorização.

#### **5.1 A Natureza da Mercadoria no Modo de Produção Capitalista**

Vimos que a mercadoria é a forma que assume o excedente nos espaços mercantis da economia pré-capitalista. Vimos também que a natureza da mercadoria pré-capitalista tem como substrato o reconhecimento recíproco entre os produtores sobre a propriedade do produto do próprio trabalho. Vimos ainda que é o tempo de trabalho abstrato a substância do valor: maior tempo de trabalho abstrato contido na mercadoria maior o valor desta. Assim, o valor da mercadoria pré-capitalista é expressão da relação entre proprietários privados do produto do próprio trabalho, cuja magnitude é dado pelo tempo de trabalho abstrato objetivado. Vimos finalmente que à produção pré-capitalista corresponde um dado grau de divisão social do trabalho, conforme o desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, ao produtor pré-capitalista, individual e disperso, cabe a produção de um produto isolado, cuja forma materializa a subjetividade do trabalho concreto deste produtor, sua destreza e habilidade. Desta forma, a produção pré-capitalista é, em regra, unitária e o valor é dado pelo tempo de trabalho social necessário, ou objetivado, na produção desta unidade específica.

A mercadoria no modo de produção capitalista tem uma natureza essencialmente distinta daquela mercadoria pré-capitalista. Tal como foi visto na parte II deste trabalho, a relação social dominante no modo de produção capitalista se caracteriza pela divisão dos

homens em duas classes antagônicas: os proprietários e os não-proprietários dos meios de produção. Embora pertencentes a classes distintas, os homens no modo de produção capitalista aparecem, na esfera da circulação capitalista, como homens juridicamente iguais e, portanto, dotados de iguais direitos; simples representantes ora do dinheiro, ora da mercadoria. Uma análise mais rigorosa, contudo, induz a conclusão que à classe não proprietária resta somente a vinculação ao capital como forma de vender sua mercadoria, a capacidade viva de trabalho. O trabalhador agora só existe se combinado ao capital:

*"El trabajador sólo existe como tal en cuanto existe para sí como capital, y sólo existe para si como capital en cuanto existe un capital para si. La existencia del capital es su existencia, su vida, y determina el contenido de su vida de un modo diferente para él". (MARX apud DUSSEL, 1993, p. 6)*

Se na economia pré-capitalista os fatores objetivos e subjetivos do processo de trabalho encontravam-se unificados na figura do artesão que os utiliza na produção de mercadorias, agora, na produção capitalista, os fatores objetivos, e também os meios de subsistência, são de propriedade de uma classe específica, a classe proprietária, enquanto que o fator subjetivo, a capacidade viva de trabalho, aparece como única propriedade da classe não-proprietária. Separada dos meios reais de prover sua própria subsistência, a classe trabalhadora é induzida a vender a única mercadoria que de fato lhe pertence, a sua força de trabalho. Dessa forma, somente quando encontra-se frente a frente com os fatores objetivos do processo de trabalho, que não mais lhe pertencem, através da venda da própria capacidade de trabalho, o trabalhador provê sua existência, ao mesmo tempo que produz mais-valia e, consequentemente, capital:

*"No processo de trabalho considerado em si, o operário emprega os meios de produção. No processo de trabalho que é simultaneamente processo capitalista de produção, os meios de produção empregam o operário, de tal sorte que o trabalho só aparece como um meio graças ao qual determinada quantidade de valor, ou seja, determinada massa de trabalho objetivado, suga trabalho vivo, ou seja, determinada massa de trabalho objetivado, suga trabalho vivo para se conservar e incrementar. O processo de trabalho aparece assim como processo de autovalorização ( por intermédio de trabalho vivo) de trabalho objetivado" (MARX, 1974 b, p. 75).*

É na esfera da produção capitalista que se evidencia o caráter desigual deste modo de produção. É na fábrica que se explicita a distinção entre o valor-de-troca e o valor-de-uso da mercadoria força de trabalho<sup>1</sup>, pois o uso da capacidade viva de trabalho pode, e necessariamente deve, ultrapassar o valor nela objetivado (o salário) para produzir mais-valia, ou seja, para gerar um valor superior ao adiantado pelo capitalista (o que justifica o rígido controle sobre a disciplina do trabalho no interior da oficina). Pelo fato de agora os homens distinguirem-se entre compradores e vendedores de força de trabalho, o que é o mesmo que dizer que estão divididos em proprietários e não-proprietários dos meios de produção, o produto do trabalho não mais pertence ao trabalhador, mas àquele que adiantou dinheiro na compra dos fatores objetivos de produção, os meios de produção e as matérias primas, que aparecem aqui como fatores de extração de mais-valia: "Os meios de produção apresentam-se aqui não só como meios para a realização do trabalho, mas também, exatamente no mesmo plano, como meios para exploração do trabalho alheio" (MARX, 1974 b, p. 87)

A este estado das coisas corresponde uma nova divisão social do trabalho, mais desenvolvida em relação à divisão do trabalho social pré-capitalista, que expressa a natureza da produção capitalista cujo produto, a mercadoria capitalista, representa agora toda a produção social, não apenas o excedente, além de ser também depositária de sobretrabalho usurpado:

"Y mientras que anteriormenete era premisa de la circulación una producción que sólo se creaba valores de cambio como excedentes", ahora la producción de valores se convierte en la forma social decisiva, que domina todo el sistema de producción" (ROSDOLSKY, 1989, p.229).

## **5.2 Componentes do Valor da Mercadoria na Produção Capitalista**

---

<sup>1</sup> A Subsunção formal do trabalho ao capital corresponde ao consumo da capacidade viva de trabalho em uma base produtiva ainda pré-capitalista, artesanal, enquanto que, a subsunção real do trabalho ao capital, significa que a relação social de produção capitalista já engendrou sua própria base produtiva através da maquinaria, ou isto é, o trabalho presente aparece subordinado ao trabalho passado..

A fonte do valor é o processo vivo de trabalho. Esta proposição independe do estágio econômico, se capitalista ou pré-capitalista (basta que as premissas fundamentais da criação do valor estejam presentes). Contudo, as componentes, ou categorias, da composição do valor são essencialmente distintas nestes dois períodos do desenvolvimento social. Na economia pré-capitalista, a mercadoria é um produto excedente cujo valor é determinado pelo trabalho social necessário objetivado, ou seja, o valor dos instrumentos de trabalho, das matérias-primas e o trabalho novo despendido; na economia capitalista, todo o produto transforma-se em mercadoria e o valor é determinado pelo *capital adiantado* em capital constante, os meios de produção e as matérias-primas; capital variável, a massa salarial, e a mais-valia.

Como já vimos, da perspectiva da natureza do processo de trabalho, não há distinção aparente entre capitalismo e pré-capitalismo; em ambos o processo de trabalho é simples dispêndio de trabalho presente, materialização da potencialidade criadora do trabalho vivo. Desta forma, evidencia-se que a diferença existente entre a mercadoria e o dinheiro pré-capitalista e capitalista é determinada pela separação entre os fatores objetivos e subjetivos do processo de trabalho, respectivamente, os objetos de trabalho e meios de trabalho, trabalho passado, e a capacidade viva de trabalho, trabalho presente. Assim, no homem mercantil pré-capitalista, os fatores objetivo e subjetivos do processo de trabalho são de sua própria propriedade; no capitalismo, ao contrário, os fatores objetivos e subjetivos aparecem separados como propriedade de classes diferentes:

*"Considerando seu lado real—considerando-o como processo que por meio do trabalho útil cria com valores de uso novos valores de uso—o processo de produção do capital é antes do mais um processo real de trabalho. Como tal, os seus elementos, as suas componentes conceitualmente determinadas, serão os do processo de trabalho em geral, os de qualquer processo de trabalho, seja qual for o nível de desenvolvimento econômico e o modo de produção sobre cuja base se efetua"*(MARX, 1974 b, p.46).

Isto significa que o processo capitalista de produção é resultado da unidade do processo de trabalho e processo de valorização, condição apenas satisfeita quando o



trabalho, ou capacidade viva de trabalho, aparece separada das condições objetivas do processo de trabalho e dos meios de subsistência:

*"Na realidade a dominação dos capitalistas sobre os operários não é mais do que a dominação sobre estes das condições de trabalho (entre os quais se contam também, para lá das condições objetivas do processo de produção—ou seja os meios de produção— as condições objetivas da manutenção e da eficácia da força de trabalho, quer dizer, de meios de subsistência), condições de trabalho que se tornaram autônoma, e precisamente face ao operário"(MARX, 1974 b, p. 55).*

Tal como no capital em geral, estudado no capítulo IV deste trabalho, em que a distinção entre mercadoria e dinheiro assume apenas uma característica formal, simples *dupla face monetária*, na produção capitalista propriamente dita, os elementos objetivos e subjetivos do processo de trabalho apresentam-se na esfera da circulação capitalista como fatores disponíveis ao processo contínuo e perpétuo de valorização do *valor*. Assim, no processo produtivo capitalista, os objetos de trabalho e os meios de trabalho aparecem como capital constante, uma vez que o valor do trabalho neles objetivado é invariável durante o processo de trabalho/valorização, isto é, há apenas transferência do valor do elementos do capital constante no produto final; o trabalho, ou a capacidade viva de trabalho, ao contrário, aparece como capital variável, já que possui a prerrogativa de criar mais valor no interior da esfera da produção, este valor novo acrescentado, cuja magnitude expressa diferença entre o valor criado pela capacidade viva de trabalho e o valor nela objetivado manifesta-se, então, na categoria mais-valia:

*"As mesmas partes do capital que se distinguem em elementos objetivos e subjetivos, em meios de produção e força de trabalho, do ponto de vista do processo de produzir mais valia, se distinguem em capital constante e em capital variável" ( MARX, 1975, p. 235).*

As três componentes do valor da mercadoria capitalista, ou categorias econômicas, capital constante, capital variável e mais-valia, são, portanto, o resultado da especificidade da produção capitalista, entendida como unidade do processo de trabalho e processo de valorização. E, a proporção que se relacionam, "se manifesta em três coeficientes que

mensuram as três formas sociais que o trabalho se transforma no valor da mercadoria, a composição orgânica, a taxa de mais-valia e taxa de lucro"(AUED, 1997, p. 16).

Dessa forma, vê-se como e por que a relação social dominante na reprodução da existência social determina a existência de categorias econômicas específicas:

*"Aqui se vê que até as categorias econômicas que existiam já nas épocas pré-capitalistas de produção adquirem, com base no modo de produção capitalista de produção, um caráter histórico especialmente diverso"(MARX, 1974 b, p. 142)*

### **5.3 Aparente Contradição Contida na Mercadoria Capitalista Isolada**

No capítulo II deste trabalho vimos que no interior da sociedade pré-capitalista surgiriam certos espaços mercantis cuja relação social fundamental se caracterizaria pelo reconhecimento recíproco sobre a propriedade do produto do próprio trabalho. Embora intermitente e nunca dominante, estes espaços mercantis, ao longo da história humana pré-capitalista, tornariam possível a compreensão da mercadoria como algo dotado de valor-de-uso e valor-de-troca., ainda que o entendimento definitivo sobre este problema só tenha sido possível à luz da economia capitalista propriamente dita, ou mais precisamente, frente à crítica desta sociedade. Desta forma, é o duplo caráter do trabalho que confere à mercadoria o valor-de-uso e o valor-de-troca. Este como resultado do tempo de trabalho abstrato despendido, aquele, como produto do trabalho útil, concreto.

Nas condições mercantis pré-capitalista, em que os fatores objetivos e subjetivos do processo de trabalho ainda pertencem ao produtor individual, a produção da mercadoria pré-capitalista consiste num consumo daqueles fatores objetivos pela capacidade viva de trabalho, o fator subjetivo. Desta forma, o valor da mercadoria pré-capitalista é dado pelo tempo de trabalho abstrato total objetivado, que inclui também o tempo de trabalho abstrato despendido na produção dos instrumentos de trabalho e das matérias-primas. Esta relativa autonomia do produtor individual frente à esfera da circulação, uma vez que parte do seu próprio trabalho é dirigido também a produção das condições objetivas de trabalho,

apresentaria correspondência com a divisão social do trabalho pré-capitalista, que como vimos, é menos extensa que a capitalista.

Na produção capitalista, as condições são essencialmente distintas. Agora, estão separados a objetividade e a subjetividade do processo de trabalho, condição que constrói a unidade entre processo de trabalho e o processo de valorização do valor. Isto significa que a esfera da circulação já se apoderou das condições de trabalho e incide, agora, sobre a própria substância da produção. É necessário aqui atentar para um importante fato : a afirmação anterior, que diz que a esfera da circulação transformou-se, ao apoderar-se das condições de trabalho, em pressuposto da produção capitalista, não permite concluir que a divisão social do trabalho capitalista aparece de imediato plenamente desenvolvida a frente do processo capitalista de produção, ao contrário, induz à conclusão que a divisão social do trabalho capitalista desenvolve-se *simultaneamente* ao avanço das condições especificamente capitalistas de produção "Nisto está implícito que a divisão desenvolvida do trabalho ( tal como se apresenta fortuitamente no interior da sociedade) e a divisão capitalista do trabalho no interior da oficina se condicionam e se produzem mutuamente" (MARX, 1974 b, p. 143). Este desenvolvimento recíproco é facilmente compreendido quando têm-se como entendido que a mercadoria capitalista representa valor que se valoriza ( por isto transcende o valor), além disso, é produção de mais capital e, conseqüentemente, reprodução e expansão das relações capitalistas de produção. Desta forma, a mercadoria como pressuposto do capital transforma-se em resultado do processo capitalista de produção, aparece enquanto "forma geral e elementar do produto" (MARX, 1974 b, p. 143). Ao capitalista interessa a perpetuação da condição que lhe permita extrair mais-valia, e não receber uma magnitude equivalente ao trabalho despendido como objetivava o produtor pré-capitalista. isto impõem um caráter de massividade e um total distanciamento das necessidades diretas do produtor com o valor-de-uso de sua produção.

Isso significa que em grande parte da produção capitalista, pois são os processos capitalista de produção em grande maioria processos discretos, o resultado é a expulsão de uma massa de mercadorias cujo valor é igual capital total adiantado + mais-valia. Assim, cada mercadoria isolada é parte do lote, e seu valor está inversamente relacionado com o

volume total de mercadorias produzidas por aquela magnitude de capital adiantado —o que é o mesmo que dizer que o valor da mercadoria isolada depende da produtividade do trabalho. Se cresce a massa de produtos, dado o valor do capital adiantado, cai o valor da mercadoria isolada, a parte correspondente ao capital adiantado e da mais-valia. Desta forma, o valor passa a ser calculado através média entre o valor total do capital adiantado + mais-valia e a massa total de produtos expulsos do processo de produção, fato que confere ao cálculo capitalista grande racionalidade econômica:

*"Já não é preciso calcular o trabalho utilizado em cada mercadoria e isso por causa do cálculo médio que é uma estimativa ideal e se aplica tanto à parte do capital constante que só entra a título de dispêndio no valor do produto total, como em geral às condições de produção consumidas coletivamente e, também, por último, devido a que o trabalho diretamente social é calculado e reduzido por compensação ao trabalho médio dos numerosos indivíduos cooperantes" (MARX, 1974 b, p.147).*

#### **5.4 Valor e Equivalência na Mercadoria Capitalista**

O produto total do capital é o lote de mercadorias isoladas. Isto posto, a continuidade do processo depende da venda da totalidade das mercadorias isoladas que compõem o lote, pois somente assim, realiza-se o valor total do capital adiantado e da mais-valia produzida, visto que "quando a mercadoria se vende pelo seu preço não realiza o valor do capital adiantado para sua produção e ainda menos o da mais valia gerada por esse capital" (MARX, 1974 b, p. 160). Tem-se aqui um aparente contradição: a venda da mercadoria isolada capitalista, mesmo que realizada pelo seu valor, ou até mesmo acima de seu valor, não realiza o capital adiantado e nem o sobretrabalho usurpado na esfera da produção. A solução desse falso problema dá-se pelo entendimento da natureza da mercadoria capitalista como simples parte alíquota de um lote:

*"Agora temos que ocupar-nos antes do mais do produto total do capital, o qual pode ser encarado como uma única mercadoria—seja qual for o seu volume e seja discreto ou contínuo o seu caráter." (MARX, 1974 b, p. 148).*

Assim, sendo o valor do lote de mercadorias composto pelo valor do capital adiantado + mais-valia, as cotas parte deste lote, a mercadoria isolada, também deve conter igual composição, ou seja, cotas parte do valor do capital adiantado e da mais-valia produzida, isto é, penetra na circulação capitalista dotada de um valor a realizar determinado *a priori* pelas condições reais da esfera da produção; contudo, por representar apenas parte alíquota de um lote de mercadorias, pode eventualmente ser vendida abaixo do seu valor sem com isto comprometer a continuidade do processo capitalista de produção, desde que esta desvalorização, sucedida na esfera da circulação de mercadorias, seja compensada por um movimento de valorização sobre as outras mercadorias componentes do lote.

A grandeza discreta da qual constitui-se o lote de mercadorias capitalista é, do ponto de vista da racionalidade burguesa, considerada grandeza contínua, como se o somatório das mercadorias isoladas representasse uma mercadoria unitária depositária de todo o capital adiantado e da mais-valia extraída, cujos valores é necessário realizar através da dimensão da venda.

*"Nessa qualidade —depositária do valor total do capital + mais-valia, ao contrário da mercadoria que a princípio se apresentava autonomamente perante nós—, enquanto produto do capital e, na realidade, enquanto forma modificada do capital que se valorizou a si próprio, a mercadoria mostra-se agora no volume e nas dimensões da venda que tem que operar-se para que se realizem o valor primitivo do capital e o da mais-valia por ele produzida, o que de nenhum modo sucede se se venderem as mercadorias singulares ou uma parte das mesmas pelo seu valor"(MARX, 1974 b, p. 147)*

### **5.5 Mais-Valia e Acumulação : O Fetiche do Capital**

Conforme vimos, a produção capitalista é, na maioria dos casos, discreta, descontínua. Assim, o retorno do capital adiantado pelo capitalista e a realização do sobretrabalho usurpado dependem da venda total das mercadorias isoladas produzidas. Observada sob esta ótica, a totalidade dos diferentes ramos de produção capitalistas, sejam

de produção discreta ou contínua, produzem algo que pode ser considerado uma mercadoria única depositária de capital adiantado e mais-valia.

A produção em lote, que caracteriza a produção capitalista, tem sua continuidade tão dependente da venda total das mercadorias isoladas que a atividade de realização do capital-mercadoria torna-se uma atividade independente, embora subordinada à lógica do capital industrial, na forma de capital comercial. Dessa forma, o capital comercial toma para si a função de coordenar a metamorfose do capital-mercadoria em dinheiro na maior dimensão e velocidade possível.

Realizado o valor da mercadoria capitalista, o capital adiantado e a mais-valia produzida retornam ao início do processo para novamente percorrê-lo, dando continuidade ao processo de extração de mais-valia<sup>2</sup>. Não é redundante dizer que ao longo do processo capitalista de produção produz-se, simultaneamente, além de mais-valia, capital "O produto da produção capitalista não é apenas mais-valia: é também capital" (MARX, 1974 b, p. 133). Isto é, a relação social capitalista de produção ao produzir mais-valia reproduz a si mesma, expande-se além do seus limites iniciais. O capital produz mais capital:

*"A mais-valia converte-se em capital adicional, serve para formação de novo capital ou de capital acrescentado. Desta maneira, o capital gerou capital : não se realizou apenas como capital" (MARX, 1974 b, p. 134).*

Valor que gera mais valor e, por conseguinte, capital, é um resultado imanente do próprio processo capitalista de produção que aparece sob a forma de acumulação de capital, isto é, expansão e generalização das relações capitalistas de produção.

Assim, o capital que apareceria frente ao operário enquanto condição historicamente determinada por um longo processo de dissolução das relações pré-capitalistas, é, agora,

---

<sup>2</sup> A parte fixa do capital constante forma em um fundo de depreciação que é canalizado a outros empreendimentos capitalista pelo sistema bancário, potencializando a expansão da atividade capitalista.

resultado do próprio de trabalho dos trabalhadores sob a forma de propriedade capitalista. Isto significa que a lógica da produção capitalista produz a não propriedade dos trabalhadores, ou seja, o aprofundamento da condição do trabalhador como simples proprietário da capacidade viva de trabalho:

*"Anteriormente, as condições de produção opunham-se enquanto capital ao operário, na medida em que este as encontrava à sua frente, como pré-existentes e convertidas em condições autônomas. Agora encontra-se à sua frente o produto dos seu próprio trabalho, na qualidade de condições de produção transformadas em capital. O que era premissa, é agora resultado do processo produtivo" (MARX, 1974 b, p. 134)*

Entretanto, além de produzir a propriedade ao capitalista, o trabalhador também produz os meios de subsistência como propriedade alheia à própria classe. Desta forma, o salário, enquanto magnitude que reproduz a capacidade viva de trabalho, que recompõe o dispêndio de energia durante o processo de trabalho, característica que já fora desvelada na economia clássica por David Ricardo, encobre, através de uma relação monetária, o fato do trabalhador necessariamente ter que vender continuamente sua força de trabalho em troca dos meios de subsistência que ele próprio produziu:

*"Tendo continuidade o processo produtivo, o salário é apenas uma parte do produto constantemente criado pelo operário, a parte que se transforma em meio de subsistência e portanto em meios para conservação e aumento da capacidade de trabalho ao capital para a sua autovalorização, para seu processo vital" (MARX, 1974 b, p. 135).*

Ao desvelar a produção capitalista como extração de sobretrabalho usurpado, avança-se para além do fetiche da mercadoria. Vê-se agora, o capital a velar a forma real de reprodução da sociedade:

*"Como o trabalho vivo—dentro do processo de produção— esta já incorporado no capital, todas as forças produtivas do capital se apresentam como propriedades intrínsecas do mesmo (...)"(MARX, 1974 b, p. 124).*

Assim, tudo é creditado ao capital : a produção de mercadorias e de riqueza, de mais trabalho e capital. O capital torna-se o fetiche;

*"Porém, esta relação torna-se mais complicada e aparentemente mais misteriosa quando, com o desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista, estas coisas — estes produtos do trabalho, tanto no seu caráter de valores de uso, quanto enquanto valores de troca— não só se erguem face ao operário e lhe contrapõem como "capital" e, por isso, as forças produtivas do trabalho social assim desenvolvidas, aparecem como forças produtivas do capital" (MARX, 1974 b, p. 126/127).*



## **CAPÍTULO 6**

## **CAPÍTULO 6**

### **6. Relações Capitalistas de Produção : Para Além do Fetiche da Mercadoria**

Neste capítulo indica-se a razão pela qual, no capitalismo, o dinheiro e a mercadoria não mais representam, respectivamente, a expressão material da riqueza abstrata e a riqueza na forma particular. A negação destas determinações pré-mercantis são efetivamente derivadas da peculiaridade do próprio modo de produção capitalista enquanto processo simultâneo de trabalho e valorização.

A reprodução das relações capitalistas de produção produz as relações fetichistas do capital, definidas como uma expansão *aparente* das relações mercantis no capitalismo; tem-se então a não-troca na esfera da circulação, a troca formal.

Ao conceber o capitalismo nesta perspectiva, entra-se em rota de colisão com autores marxistas que entendem o capitalismo como uma economia mercantil mais desenvolvida, divergência que resulta em concepções opostas sobre as determinações do dinheiro e da mercadoria no capitalismo plenamente desenvolvido.

Por fim, sintetizo e concentro alguns trechos em que aparecem bem marcadas a distinção entre a concepção fetichista do capital, apresentada neste trabalho, e a visão daqueles autores que compreendem a economia capitalista enquanto sistema que subsume realmente os elementos mais simples da economia mercantil pré-capitalista sem, contudo, subvertê-los radicalmente.

#### **6.1. Dinheiro e Mercadoria no Capitalismo : Relações Fetichistas ?**

Vimos que o modo de produção capitalista estrutura-se com base na relação entre proprietários e não proprietários dos meios de produção e subsistência a partir de uma

ruptura histórica e não lógica em que os fatores objetivos e subjetivos do processo de trabalho são separados enquanto propriedade de classes sociais distintas e antagônicas, condição *sine qua non* para que o processo de trabalho seja, simultaneamente, processo de valorização. Vimos também que à produção capitalista está associada não somente a produção de mais valia, mas também a produção de capital e, conseqüentemente, a reprodução das relações especificamente capitalistas de produção. Vimos ainda que, dadas as condições para que o processo de trabalho seja simultaneamente processo de valorização, o trabalhador produz a sua própria não-propriedade, o produto do trabalho do trabalhador volta-se contra o próprio trabalhador na forma de capital; explicita-se assim a forma fetichista da produção capitalista : a expansão capitalista aparece como produto do capital, como resultado da natureza do próprio capital. Vimos finalmente que o aprofundamento da lógica capitalista, a generalização da relações capitalistas de produção, nega as relações sociais mercantis de apropriação, o seu pressuposto; a troca mercantil (a negatividade) aparece então subsumida apenas formalmente na lógica capitalista ( a positividade), pois, o capital agora é um precipitado de sobretrabalho usurpado, um produto do não intercâmbio.

Dentro da perspectiva do fetiche do capital, a economia capitalista não pode ser caracterizada como uma economia mercantil mais desenvolvida e, conseqüentemente, a circulação capitalista também não pode ser entendida como uma esfera de circulação mais desenvolvida na qual estão subsumidos realmente os elementos constituintes da circulação mercantil pré-capitalista, a saber, a mercadoria e o dinheiro. Em síntese, na economia capitalista não há troca real, mas troca formal entre proprietários e não proprietários das condições objetivas de trabalho ; desta maneira, na circulação capitalista há subssunção formal dos elementos mercantis pré-capitalistas, nunca subssunção real. O dinheiro no capitalismo torna-se, então, expressão de relações creditícias interburguesas,

A estrutura fetichista da produção capitalista parece passar despercebida inclusive por autores reconhecidamente competentes. Este é o caso de Claus Germer que concebe a economia capitalista como uma economia mercantil desenvolvida. Afirma, Claus Germer, ao criticar Suzanne de Brunhoff :

*"De Brunhoff parece não se dar conta do vínculo **real** (grifo nosso) existente entre o dinheiro e o capital, que se deve ao fato de que a economia capitalista se caracteriza pela circulação capitalista de mercadorias, que se sobrepõe a circulação simples, isto é, sendo a economia capitalista uma **economia mercantil** (grifo nosso), ela incorpora a esfera da circulação e todos os seus ingredientes, que são a circulação das mercadorias e do dinheiro, como elementos essenciais mas subordinados, pois é na esfera da circulação que o valor incorporado às mercadorias, na sua produção, adquire existência autônoma e ao converter-se em dinheiro" (GERMER, 1997, p. 128).*

Se o dinheiro e a mercadoria foram, como já vimos, materialização das relações sociais mercantis pré-capitalistas, e, agora, no modo de produção capitalista plenamente desenvolvido, não há mais relações mercantis reais entre os produtores da riqueza, os trabalhadores, e aqueles que dela se apropriam, a burguesia, ou seja, não há troca real entre capitalistas e trabalhadores, é lógico concluir que não existem mais as condições efetivas para a materialização das relações capitalistas enquanto simples dinheiro e simples mercadoria, resta-nos evidenciar, então, que o dinheiro e a mercadoria no capitalismo são categorias que expressam as relações de crédito interburguesas; fundamentadas na transferência de capital que, abstraindo-se a simples forma, é mais-valia objetivada, logo, produto da classe laboriosa, enquanto propriedade capitalista.

## **6.2. A Duplicidade do Capital no Capitalismo : Capital-Dinheiro/Mercadoria e Dinheiro/Mercadoria-Capital**

Além de ser, como já vimos no capítulo 2 deste trabalho, simples dinheiro e simples mercadoria, respectivamente, a expressão material do trabalho abstrato e riqueza na forma particular, o dinheiro e a mercadoria no capitalismo assumem duas novas determinações : capital-dinheiro/mercadoria e capital produtor de juros (mercadoria/dinheiro-capital). Na primeira forma, dinheiro e mercadoria aparecem na esfera da circulação como capital-dinheiro e capital-mercadoria, isto é, a mercadoria agora é expulsa da esfera de produção "prenhe" de mais-valia e nesta qualidade penetra na circulação como capital-mercadoria a realizar, o dinheiro, por sua vez, penetra na circulação como equivalente universal através

do qual o capitalista compra no mercado os elementos objetivos e subjetivos do processo de trabalho que lhe proporcionarão expandir o valor inicial despendido; na segunda forma, na forma de capital produtor de juros, dinheiro e mercadoria penetram na circulação como dinheiro-capital e mercadoria-capital. Visto que, agora as relações capitalistas de produção estão plenamente desenvolvidas, a riqueza aparece sob a forma dominante de capital, de valor que se valoriza. Isto significa que toda soma de valores na esfera da circulação, independente da forma, se mercadoria ou dinheiro, surge como valor que se valoriza em potencial, capital industrial potencial. Desta particularidade da produção capitalista surge a prerrogativa de uma soma de valor qualquer, tanto na forma mercadoria quanto na forma de dinheiro, ser *emprestada* como capital. Em outras palavras, como o capital assume em seu ciclo de valorização necessariamente as formas dinheiro ou mercadoria, quaisquer soma de valores na esfera da circulação é potencialmente extração de mais-valia no processo produtivo<sup>1</sup>, esta nova determinação é que condiciona o surgimento do capital como capital portador de juros, ou seja, o capital como mercadoria.

Se o dinheiro e a mercadoria podem assumir duas diferentes determinações no capitalismo : capital-dinheiro/mercadoria e dinheiro/mercadoria-capital, então cabe-nos indagar qual o fator que condiciona estas distinções assumidas pelo dinheiro e pela mercadoria. Isto se torna ainda mais necessário no caso específico do dinheiro, uma vez que este aparece na circulação como uma massa homogênea; como então saber o que o dinheiro está representado em dado momento? É dinheiro-capital ? Capital-dinheiro ? Ou simples dinheiro ?

Dado o grau de complexidade das relações capitalistas, obviamente tem-se agora um problema mais intrincado do que aqueles envolvidos na análise da mercadoria pré-capitalista. Contudo, o problema da duplicidade assumida pelo capital no capitalismo também é equacionado quando considera-se a base social do fenômeno, tal como foi realizado na compreensão das diferentes funções assumidas pelo dinheiro na economia mercantil pré-capitalista. Este método pode ser verificado na passagem abaixo em que Karl

---

<sup>1</sup> Pela evidência empírica deste fenômeno, também é contemplado dentro de outras abordagens teóricas. Na teoria neoclássica, p. ex. aparece como custo de oportunidade.

Marx esclarece a distinção entre o capital/mercadoria-dinheiro e a simples mercadoria/dinheiro capitalista.

*"Ao ser outra vez desembolsado, o que se cede a terceiro nunca é capital e sim mera mercadoria que se vende ou mero dinheiro que se dá por mercadoria. Em seu processo de circulação, o capital nunca é capital e sim mercadoria ou dinheiro e apenas assim existe para os outros. Mercadoria e dinheiro são aí capital, não quando a mercadoria se converte em dinheiro e o dinheiro em mercadoria, não em suas relações reais com o comprador ou vendedor, e sim em suas relações ideais com o próprio capitalista ( aspecto subjetivo) ou como fases do processo de reprodução ( aspeto objetivo). No movimento real, o capital é capital não processo de circulação, mas no processo de produção, o de exploração da força de trabalho"( MARX, 1975, livro III, pg.397).*

A passagem acima revela o quanto a determinação da função econômica desempenhada pela mercadoria/dinheiro no capitalismo exige uma análise sutil.

O que Karl Marx procura evidenciar é que a mercadoria/dinheiro capitalista é capital na medida em que representa uma das fases do ciclo de valorização, contudo, ao penetrar na circulação materializa uma relação mercantil entre vendedor e comprador, logo, é simples mercadoria/dinheiro; a mercadoria/dinheiro-capital é capital na 'cabeça' do capitalista na medida que executa por estas funções capitalistas, é uma extensão necessária da esfera da produção, mas é simples mercadoria/dinheiro enquanto relação comprador/vendedor na esfera da circulação, espaço mercantil em que são válidos os princípios da equivalência. Contudo, dentro da perspectiva desenvolvida neste trabalho, na qual, como vimos, a esfera da circulação capitalista não representa trocas reais, mas trocas aparentes, fetichizadas pela lógica do capital, esta distinção perde o sentido, na medida em que simples dinheiro e simples mercadoria são formas materializadas de relações pré-mercantis reais, nunca aparentes, como aqui é defendido. Em síntese, ao se observar a relação capitalista fora de seu invólucro fetichista, têm-se uma estrutura de relações sociais que nada tem haver com relações mercantis, o pressuposto do dinheiro e da mercadoria.

A análise da duplicidade do capital, porém, não está completa em quanto não nos determo na forma capital produtor de juros. E, aqui, mais uma vez, deve-se atentar para a

base social que condiciona esta determinação. Se a forma capital/mercadoria-dinheiro encontra sua determinação de capital no aspecto subjetivo do ciclo capitalista e a perde ao estabelecer uma aparente relação vendedor/comprador na circulação, agora, na forma de capital portador de juros, dinheiro-mercadoria/capital, é na própria esfera da circulação capitalista fetichista que se materializa a relação credor/devedor que a fundamenta. Isto porque materializa-se uma relação em que há apenas transferência de valor, uma cessão temporária do valor-de-uso do capital, que a rigor tem origem na mais-valia; não há troca, a lógica capitalista não é mercantil, razão pela qual o dinheiro no capitalismo tem origem no crédito interburguês, na cessão temporária da mais-valia. Isto é, empréstimo de mais-valia objetivada para criar condições de extração de mais-valia. A relação de credor/devedor fundamenta-se enquanto simples cessão de mais-valia objetivada cujo objetivo é expandir-se. Se naquela forma de capital-dinheiro/mercadoria a circulação vela as reais relações sociais burguesas, nesta, de dinheiro/mercadoria-capital, afirma.

Desta maneira, dinheiro e mercadoria apresentam-se agora como valor-de-uso capaz de gerar mais-valia e, conseqüentemente, podem ser cedidos àqueles que desejam utilizá-los produtivamente (o uso produtivo do capital emprestado é *a priori* necessário, embora possa ser despendido improdutivamente). O que é cedido é um valor determinado cujo retorno deve ser necessariamente maior, isto é, a cessão tem como condição e objetivo a diferença quantitativa; é, por isto, capital.

*"Por isso, além do valor-de-uso que possui como dinheiro, passa a ter outro valor-de-uso, isto é, o de funcionar como capital. Seu valor-de-uso consiste agora justamente no lucro que produz, uma vez transformado em capital. nessa qualidade do capital potencial, de meio de produzir lucro, torna-se mercadoria, mas mercadoria de gênero peculiar. Vale dizer— o capital como capital se torna mercadoria" (MARX, 1975, livro III, p. 393)*

Se considerarmos o capital produtor de juros na forma de dinheiro (pois como vimos também pode ser mercadoria), então tem-se um duplo retorno no ciclo de valorização : O dinheiro é cedido pelo credor (capitalista financeiro) ao devedor (capitalista ativo), este o aplica produtivamente e o resultado é uma mercadoria com valor acrescido a ser realizado na circulação; transformada a mercadoria novamente em dinheiro,

este retorna ao credor numa magnitude superior a adiantada. Este processo, visto pela ótica da circulação, fica reduzido à forma fetichista  $D-D'$ , uma vez que expressa transferência, simples cessão de valor, que nada mais é do que o empréstimo do sobretrabalho usurpado do trabalhador, na forma de propriedade capitalista, com o objetivo de obter mais-valor.

Em  $D-D'$ , o valor acrescido parece ser produto da prerrogativa *natural* do dinheiro de autoreproduzir-se, um produto da relação de uma *coisa* consigo mesma; entretanto, visto pela ótica da produção, cuja notação é  $D-D-M(fdt-mp)-M'-D'$ , vê-se claramente a articulação existente entre o dinheiro na qualidade de capital produtor de juros e o processo de extração de mais-valia. Desta forma, o valor acrescido do qual se apropria o capitalista financeiro,  $\Delta D$ , apresenta-se como parte alíquota da mais-valia extraída pelo capitalista ativo, que recebe o nome de juro quando a relação creditícia tem por base o empréstimo de capital monetário ( quando o capital portador de juros está na forma de mercadoria, o retorno é chamado de aluguel ou renda). Vê-se aqui que, para além da aparência fetichista, as relações creditícias do capitalismo são transferências de capital, o que confirma a não troca real, que, como veremos, são o substrato real do dinheiro no capitalismo, o dinheiro de crédito.

A análise das distintas categorias analíticas que assume o capital, suas diferentes determinações, deve sempre ser precedida pela delimitação das diferentes funções econômicas exercidas pelos homens no capitalismo.

Ao se utilizar esse método, as mais intrincadas situações podem ser apreendidas em categorias que realmente expressem o concreto, o real. Tratando-se especificamente da duplicidade assumida pelo capital, se capital-mercadoria/dinheiro ou mercadoria/dinheiro-capital, deve-se atentar ao fato que relações credor/devedor, em determinadas situações, podem não ser reais, mas formais. Desta forma, por exemplo, ao penetrar na circulação, o capital-mercadoria pode ser alienado frente a uma promessa de pagamento futuro, ou seja, há aqui uma relação de crédito que, entretanto, não subverte o fato do capital-mercadoria assumir na circulação características aparentes de simples mercadoria ( veremos mais a frente que esta relação creditícia é a base do dinheiro de crédito e uma das 'pernas' do



sistema bancário). Isto nos remete à seguinte sutileza analítica : a duplicidade do capital é, antes, determinada pela forma de alienação sobre a qual se estrutura a relação credor/devedor, ou ainda, se a metamorfose do capital- mercadoria/dinheiro se dá em função de uma relação credor/devedor em que há troca aparente, formal, ou de uma relação crédito intercapitalista em que há transferência de capital , logo, sem troca.

Sobre as relações de troca sobre a qual se fundamenta a forma capital-dinheiro/mercadoria, diz Karl Marx :

*"No processo real de circulação, o capital se revela apenas mercadoria ou dinheiro, e uma série de compras e vendas constitui seu movimento. Em suma, o processo de circulação se reduz à metamorfose da mercadoria. (...) Em todo o ato de compra e venda, em qualquer processo de troca, há sempre transferência de objeto. Cede-se sempre a propriedade da coisa vendida. Mas, não se cede o valor" (MARX, 1975, livro III, p. 398).*

O que é algo em essência bastante distinto da transferência que fundamenta a determinação do crédito enquanto capital produtor de juros, como afirma Karl Marx:

*"O capitalista que empresta cede seu capital, transfere-o ao capitalista industrial, sem receber equivalente. (...) Essa primeira mudança de posição do dinheiro não exprime fase alguma da metamorfose, nem compra nem venda. Não se transfere a propriedade, pois não há troca, não se recebe equivalente" (MARX, 1975, livro III, p. 399/401).*

O capital na forma de capital produtor de juros é a expressão *real* do fetiche do capital, pois há efetivamente cessão de valor, o que não é o caso da troca, em condições somente regidas por determinações contratuais (obviamente que estas relações de direito são expressão da própria lógica capitalista, que, por isto mesmo, lhes dá uma forma adequada). Desta forma, o juro surge como um *direito* sobre parte da mais-valia extraída do trabalho pela simples propriedade de certa magnitude de valor que *potencialmente* é capital; valor que, como vimos, já é sobretrabalho passado. Enfim, o capital na forma de capital portador de juros manifesta a própria relação fundamental da lógica não-mercantil

capitalista: a relação creditícia interburguesa, que é simples transferência, e nunca de troca, por isto, uma simples relação jurídica interburguesa.

### **6.3. Forma Burguesa do Dinheiro : Dinheiro de Crédito**

O modo de produção capitalista se caracteriza pela circulação de capital, de valor que se valoriza. No capitalismo a circulação monetária é substituída plenamente pela circulação do crédito; não há, portanto, circulação de dinheiro, mas circulação de dinheiro de crédito. Por isto é que se afirma que o capitalismo cria seu próprio dinheiro na forma de duplicatas, notas bancárias e depósitos no sistema bancário, que nada mais são que diferentes modalidades de dinheiro de crédito.

Segundo Klagsbrunn ( 1992, p. 592), as notas bancárias representam a forma do dinheiro que circula no modo de produção capitalista plenamente desenvolvido "a categoria dinheiro de crédito completa a teoria sobre o dinheiro no capitalismo por ser sua forma adequada de dinheiro" (Klagsbrunn, 1992, p. 612)

*"Assim como a libra esterlina outras monetárias fortes, o dólar não é papel-moeda estatal de curso forçado, mas nota do banco central, isto é, dinheiro de crédito. cada dólar circulante representava originalmente um crédito em dinheiro real (=ouro) do portador do banco central" (GERMER, 1997, p. 126).*

#### **6.3.1. A Nota Bancária : Meio Circulante no Capitalismo Desenvolvido**

Vimos que foi a não coincidência dos ciclos nos diversos ramos da produção pré-capitalista a origem do diferimento do pagamento em dinheiro. As relações de crédito têm, portanto, origem concreta na diversidade dos distintos ramos de produção pré-capitalistas mercantil. Isto significa que a não disponibilidade imediata de material monetário por parte do produtor mercantil não o impede de retirar da circulação os valores de uso que necessita, desde que assuma a posição de devedor frente ao um outro produtor, que neste caso assume

a figura de credor. Com base nesta função econômica alterada, o dinheiro assume então a função de meio de pagamento.

A repetição sistemática das relações comerciais entre aqueles produtores pré-capitalistas conformou uma teia de obrigações e direitos recíprocos em que o crédito torna-se indispensável à manutenção e expansão destas relações, bem como da divisão social do trabalho naquela economia.

Enquanto o dinheiro exerce a função de meio de pagamento, há diferimento do pagamento sem circulação de crédito, logo, sem redução da quantidade de material monetário. Entretanto, a análise histórica destas relações mercantis demonstra que simultaneamente ao aumento e repetição das relações de crédito interburguesa, surge a circulação do títulos de dívida como meio de circulação, isto é, ao tornarem-se sistemáticas as relações de crédito, os títulos de dívida circulam com base no crédito privado do emissor e substituem efetivamente o material monetário envolvido nestas transações.

Um outro elemento, também originado na expansão, sistematização e concentração das relações de crédito, colaboraria ainda para que o crédito interburguês pudesse reduzir significativamente a necessidade de material monetário em suas transações : As câmaras de compensação. Conforme nos diz Karl Marx :

*"Com a concentração dos pagamentos no mesmo lugar, desenvolvem-se naturalmente organizações e métodos especiais para liquidá-los. Este era, por exemplo, a função dos "virements" em Lyon, na idade média. Bastará confrontar os créditos de A contra B, de B contra C, de C contra A e assim por diante, para que até certo ponto se anulem reciprocamente com grandezas positivas e negativas. Assim, fica restando apenas um saldo para pagar"(MARX, 1975, p. 152).*

Como vimos, já na Idade Média estas câmaras de compensação teriam espaço significativo na trama das relações mercantis. Entretanto, um outro importante papel caberia ainda a estas instituições de comércio de dinheiro ( aqui entendidas como instituições cuja função é simplesmente técnica, ou seja, realiza para os produtores as tarefas associadas à contabilidade, balanços, etc ) : a substituição das letras comerciais por

títulos de dívida com base em um múltiplo de suas reservas, a criação da nota bancária. Aqui tem-se uma inflexão. O comércio de dinheiro começa a assumir características de sistema bancário, na medida em que expressa categorias já capitalistas, como veremos abaixo.

*"(...) a nota bancária tem origem ,inicialmente, nos certificados de propriedade do ouro depositado pelos capitalistas, e em seguida na articulação entre o crédito comercial e o crédito bancário através do desconto e portanto na função de meio de pagamento do dinheiro, já sob vigência do sistema bancário e da circulação capitalista " (GERMER, 1997 p. 197).*

Tanto a letra de câmbio quanto a nota bancária são modalidades distintas de dinheiro de crédito. O que as diferencia, e isto não parece bem apreendido em alguns autores, é que a letra de câmbio é um modalidade de dinheiro de crédito associada às condições de produção pré-capitalistas, enquanto a nota bancária já é uma modalidade originada em condições capitalistas. Em outras palavras, a substituição, na circulação capitalista, das letras de câmbio por notas bancárias é uma atividade que supõe o desconto com deságio, ou seja, o capital bancário assume as funções de capital de empréstimo, de capital portador de juros

*"A nota bancária surgida como certificado de depósito em ouro, desenvolve-se como dinheiro de crédito propriamente dito a partir da vinculação da função atribuída ao capital de comércio de dinheiro, de guarda de reserva de capital monetário dos capitalistas, com o crédito comercial. Através dos desconto de títulos comerciais com notas bancárias. Na medida que os portadores dos títulos comerciais recebem notas bancárias ao invés de ouro, que é dinheiro real, o desconto consiste na substituição de um título por outro" (GERMER, 1997, p. 198).*

A experiência bancária indica que é necessário manter apenas uma fração das reservas a fim de realizar as funções técnicas do comércio de dinheiro. Desta maneira, expandem-se as notas emitidas pelas instituições financeiras, ou seja, criam representantes do dinheiro, diferentes modalidades de dinheiro de crédito. É dinheiro de crédito porque é criado como um múltiplo das reservas do banco, das quais este é apenas um depositário.

*"A relação entre o equivalente geral e o dinheiro de papel nunca se resumiu à conversibilidade legal em ouro. Ao contrário, as funções do dinheiro como meio de pagamento e sua compensação bastante limitada de letras de câmbio, a generalização da circulação de depósitos através de cheques e ordens de pagamento, a criação e depósitos através de empréstimos pelos bancos e de bilhetes de bancos pelos bancos emissores, assim, como sua circulação, permitem ao capitalismo extrapolar os limites impostos pela conversibilidade do dinheiro de crédito, mesmo quando ela, formalmente, é aceita. Em outras palavras, porque o dinheiro de crédito não está amarrado quantitativamente à disponibilidade de ouro( que seria uma barreira natural inaceitável), porque o capitalismo desenvolve seu próprio dinheiro de papel e, também formas próprias de economizar dinheiro na circulação ativa, a inconvertibilidade legal é possível, e essa possibilidade está implícita na conversibilidade" (Klagsbrunn, 1992, p. 595).*

A expansão da atividade capitalista tem como contrapartida o intrincamento das funções realizadas pelo capitalista financeiro. Este, agora, expressa a lógica do capital industrial, e não mais do capital comercial ou dos produtores burgueses pré-capitalistas.

É importante ressaltar que, ao realizar funções técnicas, as instituições de comércio de dinheiro não obtêm suas receitas dos empréstimos a juros, que é uma categoria capitalista, mas de taxas de administração cobradas daqueles que utilizam seus serviços. É no sistema bancário moderno, meio pelo qual se conforma a estrutura creditícia capitalista, que se criam as condições reais para que o juro, enquanto rendimento do capital produtor de juros, seja fonte do lucro bancário, ou seja, uma das componentes que partilham a mais-valia extraída pelo capital produtivo.

*"Sistema de crédito é uma estrutura de circulação das mercadorias e demais valores, que se apoia, por lado, no crédito comercial e na função de meio de pagamento do dinheiro e, por outro lado, no capital de comércio de dinheiro, no capital portador de juros e no crédito monetário, e que se completa com a constituição do sistema bancário, no qual todos estes elementos de condensam" (GERMER, 1997, p. 126)*

O que é peculiar no sistema crédito moderno é que estas funções técnicas não desaparecem, ao contrário, expandem-se e estão intrincadas com outras atividades

bancárias, como, por exemplo, empréstimo desconto de letras, manutenção de contas de depósitos, etc.

*"O banco substitui o crédito comercial pelo crédito bancário trocando notas promissórias por notas bancárias, ou seja duplicatas industriais e comerciais por suas próprias promissórias" (HILFERDING, 1985, p.87).*

Dessa forma, para o sistema bancário refluí constantemente, afim de serem descontados por notas bancárias, os títulos de crédito emitidos nas transações intercapitalistas "De fato, a nota bancária é apenas uma letra sacada contra o banqueiro, título que goza de maior receptividade que a letra do industrial do comerciante" (HILFERDING, pg. 87). Assim, , o que o capitalista de fato detém, ao descontar suas letras de câmbio com o banco, é um nota que lhe dá direito a uma parte dos depósitos bancários; tem, por isto, um crédito com o banqueiro.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Embora a nota bancária seja o meio circulante do capitalismo desenvolvido, outras modalidades de dinheiro de crédito são contentemente desenvolvidas pelo sistema bancário, por exemplo, depósitos no sistema bancário, forma que já se expandia no século XIX, cartões de crédito e cartões de pagamento à vista. Estas novas modalidades de dinheiro de crédito circulam atualmente e constituem substitutos da nata bancária, que de resto tem sua circulação reduzida pela introdução destas inovações do sistema bancário.



---

## **CAPÍTULO 7**



## **CONCLUSÃO**

### **7. Conclusão e Resultados. Dinheiro no Capitalismo : Alguns Resultados Críticos**

Embora o dinheiro e a mercadoria pré-capitalista, no sistema teórico de Karl Marx, sejam, hoje, categorias plenamente compreendidas, e também muito bem analisadas por diversos autores, o mesmo não pode ser dito para as análises sobre mercadoria e dinheiro no capitalismo.

Os resultados que se chegam neste trabalho, ao identificar as relações capitalistas como relações fetichizadas pelo processo de reprodução capitalista, induzem a uma tentativa de abordagem alternativa ao que até agora tem sido feito por alguns autores nacionalmente reconhecidos, cujo o domínio teórico no tema é indiscutível.

Serão aqui apontados o que considero o ponto de ruptura com estes autores, principalmente Claus Germer, autor muitas vezes citado neste trabalho pelo seu evidente domínio sobre o conteúdo.

Como já vimos, identifico a economia capitalista como uma economia não-mercantil, ou seja, uma forma de organização social em total oposição à economia mercantil simples, da qual partimos. Afirmando ainda que o fetiche do capital expressa a identificação da economia capitalista com uma economia em que há troca real entre possuidores dos meios de produção e força de trabalho. Aqui cabe um detalhamento de ordem histórica, não teórica. A relação mercantil capitalista real deu-se de fato nos primórdios do sistema, quando este ainda era resultado da separação formal entre os fatores objetivos e subjetivos do processo de trabalho, período identificado por Karl Marx como de subordinação formal do trabalho ao capital; entretanto, ao produzir-se separação entre o trabalho e os meios e objetos do processo de trabalho, simultaneamente, criaram-se as condições para que o capitalista se aproprie do trabalho excedente, pela troca, que neste período ainda é real, sem nada dar em contrapartida. Este trabalho usurpado é fonte de expansão do capital, da reprodução das relações capitalistas de produção. O que surge,

agora, diante do trabalhador, é o produto do seu próprio trabalho na forma de propriedade capitalista. Por isto, o processo de troca no capitalismo é formal, nunca real.

As formas dinheiro e mercadoria assumidas pelo capital no processo de expansão são, então, expressões apenas formais da relação vendedor/comprador na esfera da circulação capitalista, que não mais existem efetivamente Klagsbrunn (1992, p. 597) compreende que o capital assume as formas dinheiro e mercadoria como necessidade intrínseca ao processo, embora não compreenda que mercadoria e dinheiro não sejam categorias reais do processo de produção capitalista; ao contrário, são apenas formas de um fenômeno aparente da falsa relação capital-trabalho capitalista.

Se o processo de conformação da "circulação mercantil capitalista" exige uma análise histórica, a negação desta fase mercantil do capitalismo é necessariamente precedida por uma abordagem teórica; isto é, identificação do capitalismo como um processo que destrói, além das condições pré-capitalistas mercantis, também a incipiente troca entre capital e trabalho requer um trabalho lógico e científico.

Isto posto, vê-se que há forte discordância entre a concepção de economia capitalista do autor deste trabalho e de outros autores nacionais que utilizam uma abordagem teórica marxista, cujas implicações manifestam-se em formulações totalmente distintas, como veremos.

No caso específico do Claus Germer, é fácil observar a distância dos resultados obtidos por aquele autor e as concepções formuladas neste trabalho.

Duas passagens da tese de doutoramento de Claus Germer demonstram isso Diz então este autor sobre a relação capitalista de produção: "É uma relação de grande complexidade precisamente por sobrepor-se à relação-valor e incorporá-la, isto é, por sobrepor-se ao dinheiro e incorporá-lo a si" (1997, p. 115), e, além disto, afirma: "assim o desenvolvimento da relação-capital não altera as determinações originais do dinheiro, na qualidade de equivalente geral de valor, como medida de valor e base do padrão de preços"(1997, p. 116).

Em contraponto às formulações acima, afirma-se aqui que a sobreposição e incorporação da relação valor é formal, não real, isto é, tem-se é uma negação real daquela relação social pré-capitalista, que é o pressuposto da relação-valor, materializada na formas de mercadoria e dinheiro. O que Claus Germer parece não compreender é que a subssunção da relação-valor, que se dá pela incorporação da mercadoria e dinheiro pelo capital, é, antes, aparência e mera formalidade. Na verdade, a relação-valor não subsiste no subterrâneo da economia capitalista. Por não entender isto, este autor parece atribuir a categorias derivadas do dinheiro a necessidade de, no capitalismo, existirem ainda reservas em ouro realizando a função de medida de valor; função exercida necessariamente pela mercadoria ouro, tal como derivou Karl Marx no livro I de O Capital. Daí a inexorável necessidade das reservas em ouro depositadas sobretudo no Federal Reserve, bem como a introdução da livre flutuação do dólar, decretada em 1971, como afirma Germer. Assim, na interpretação de Claus Germer, a quebra do padrão ouro foi um 'ajuste' forçado pelo mercado a fim de estabelecer uma paridade mais próxima ao real, embora não oficial (1998, p. 13).

Os resultados obtidos neste trabalho induzem ao contrário : o capital em sua forma fetichista nega a necessidade de um equivalente geral, logo, 1971, representaria antes um sancionamento da lógica não-mercantil capitalista, ou ainda, expressão real do concreto capitalista em seu estágio não-mercantil. Isto significa que não há padrão-ouro, simplesmente porque não existem mais as condições reais para a emergência das funções clássicas do dinheiro, este entendido como a expressão material da riqueza abstrata. Não há mais no capitalismo plenamente desenvolvido a substância do valor, que são, como vimos, as relações mercantis entre homens proprietários privados do produto do próprio trabalho. É natural então concluir que não há valor, há, sim, valor que se valoriza.

*"(...) a suposição de que o dinheiro de crédito não possui um padrão objetivo decorre necessariamente uma das duas consequências seguintes, ambas insustentáveis no sistema de Marx. por outro lado, mantida a teoria do valor-trabalho, esta suposição significaria admitir, implicitamente, que a função de medida de valor do dinheiro pode ser realizada por uma unidade imaterial puramente simbólica, ou seja, que algo que não possui valor seria capaz de medir valores. (...) Por outro lado, a premissa de Marx é que o conteúdo do trabalho abstrato—substância do valor—das mercadorias, só*

*pode ser medido por algo que também tenha trabalho abstrato, isto é, outra mercadoria "(GERMER, 1997, p. 123).*

Se o dinheiro de crédito expressa a relação mercantil intercapitalista, então pode-se afirmar que as letras de câmbio, que materializam uma relação de crédito entre capitalistas produtivos, e a nota bancária, expressão da relação de crédito entre o setor burguês produtivo e o setor burguês financeiro são relações de crédito já fulcradas no sobretrabalho usurpado do trabalhador, ou ainda, como já vimos, resultado do não intercâmbio entre capital e trabalho:

"Verifica-se que a nota bancária tem sua origem nas relações comerciais entre capitalistas, constituindo dinheiro comercial (...). Esta é a razão pela qual as notas bancárias eram geralmente de valores elevados, de até L 1000', na Inglaterra" (GERMER, 1997, p. 198)

Por fazer circular simplesmente sobretrabalho usurpado, na forma de relações de crédito interburguesas, dinheiro de crédito expressa, então, uma nova modalidade do dinheiro, que está em frontal oposição àquelas condições pré-mercantis. Por isso, o dinheiro de crédito é considerado por Karl Marx o dinheiro do capitalismo desenvolvido.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUED, Idaeto Malvezzi. **Dois dedos de prosa com Karl Marx sobre o capital**. Texto para Discussão. Florianópolis: UFSC, Centro Sócio Econômico, Dept. Ciências Econômicas, n.18.

---

**Capital e emancipação humana: o ser social**. Texto para Discussão. Florianópolis: UFSC, Centro Sócio Econômico, Dept. Ciências Econômicas, n. 09, Jul. 1998. 13p.

BOTTOMORE, T. (1988). **Dicionário do pensamento marxista**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 81-82.

DE BRUNHOFF, S. (1978). **A moeda em Marx**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Original: "La monnaie chez Marx". Paris: Éditions Sociales, 1976).

DUSSEL PETERS, Enrique. **Teoria del dinero y credito en la obra de Marx (1843 -1867)**. Cidade do México, 1993. 66p. Tese – Division de Estudios de Posgrado, Universidad Nacional Autónoma del México.

ENGELS, F. **Origem da família, da propriedade privada e do estado**. Obras Escolhidas. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, vol. 3.

GERMER, Claus Magno. **Dinheiro, capital e dinheiro de crédito**. Campinas, 1995. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Unicamp.

---

**Dinheiro de crédito e as funções do dinheiro no capitalismo**. Texto para Discussão. Curitiba: UFPR, Curso de Mestrado em Desenvolvimento Econômico, n. 20, 1997. 32p.

---

**O conceito de "padrão ouro" e os equívocos da economia Política**. Texto para Discussão. Curitiba: UFPR, Curso de Mestrado em Desenvolvimento Econômico, n. 3, 1998. 28p.

---

**Componentes estruturais da teoria do dinheiro no capitalismo**. Revista Brasileira de Economia Política. n. 1.

HILFERDING, R. (1985). **O capital Financeiro**. São Paulo: Abril Cultural. (Os economistas).

KLAGSBRUNN, V.H. (1992). **Considerações sobre a categoria dinheiro de crédito**. Ensaios FEE. Porto Alegre, (13)2:592-615.

MANDEL, Ernest. (1969). **Tratado de economia marxista**. 1. ed. México: Editora Era.

- MARX, Karl. (1974 b). **Capítulo inédito VI de o capital**. 1.ed. São Paulo: Editora Moraes.
- \_\_\_\_\_ (1975). **O capital. Livro I**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_ (1975). **O capital. Livro III**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_ (1977 c ). **Lineas fundamentales de la crítica de la economia política (Grundrisse)**. Tomo I. Espanha: Editora Crítica S.A. (Grupo Editorial Grijalbo).
- \_\_\_\_\_ (1983 a). **Contribuição à crítica da economia política**. 2. Ed. Editora Martins Fontes.
- ROSDOLSKY, Roman. (1989). **Génesis y estructura de el capital de Marx ( estudios sobre los grundrisse)**. 6. ed. México: Editora Siglo Veintiuno Editores.
- SMITH, Adam. (1985). **A riqueza das nações**. Vol. I. 2. Ed. São Paulo: Abril Cultural. (Os economistas).